



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
Dissertação

ANÁLISE DOS EFEITOS DA CRISE DAS DÍVIDAS
SOBERANAS NA MIGRAÇÃO DO SUL PARA O NORTE
DA EUROPA: O CASO PORTUGUÊS

MARIA INÊS FILIPE CORREIA

OUTUBRO - 2015



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

Dissertação

ANÁLISE DOS EFEITOS DA CRISE DAS DÍVIDAS
SOBERANAS NA MIGRAÇÃO DO SUL PARA O NORTE
DA EUROPA: O CASO PORTUGUÊS

MARIA INÊS FILIPE CORREIA

ORIENTAÇÃO:

PROF. JOÃO CARLOS LOPES

COORIENTAÇÃO:

PROF. JOÃO PEIXOTO

OUTUBRO - 2015

Agradecimentos

Quero começar por agradecer ao meu orientador, o Prof. João Carlos Lopes, e ao meu coorientador, o Prof. João Peixoto, por terem ajudado com os seus conhecimentos e conselhos a concluir este trabalho. Pela disponibilidade que tiveram ao longo destes meses para mostrar-me o caminho certo a seguir, estarei sempre extremamente grata.

De seguida, não posso deixar de agradecer à minha mãe, que sempre contribuiu da melhor forma possível para a minha educação e bem-estar. Sei que sem a sua força, determinação e ética de trabalho, não teria as competências profissionais e pessoais que tenho no dia de hoje.

Ao Diogo pelas suas palavras de encorajamento e à Inês pelo exemplo académico, não posso deixar de agradecer o papel que têm na minha vida. Ao resto dos meus amigos e família, um muito obrigado por deixarem que continue a aprender com o que têm para ensinar.

Resumo

Esta dissertação faz a análise do efeito da crise das dívidas soberanas na emigração do sul para o norte da Europa, tendo em conta a especificidade do caso português entre 1999 e 2014. Apesar de a emigração fazer parte da história portuguesa, nunca se esperou que voltasse a repetir o cenário dos anos 60. Os novos emigrantes portugueses parecem ter melhores níveis de educação e estão preparados para viver durante vários anos fora de Portugal. A análise macroeconómica consegue explicar o caminho percorrido por Portugal desde a entrada do euro, passando pela crise das dívidas soberanas e terminando em 2014. Os resultados nas correlações efetuadas parecem confirmar uma relação forte entre a emigração total e a taxa de desemprego. Já o contrário acontece para a taxa de crescimento do PIB per capita: existe uma relação bastante fraca entre esta variável e a emigração total.

Palavras-chave: emigração, crise das dívidas soberanas, desemprego, movimentos migratórios, quadro macroeconómico

Abstract

This dissertation makes an analysis of the effect of the sovereign debt crisis in migration from south to northern Europe, taking into account the specificity of the Portuguese case between 1999 and 2014. Although emigration is part of Portuguese history, it was never expected to return to repeat the scenario of the 60s. The new Portuguese emigrants seem to have better levels of education and are prepared to live for several years outside of Portugal. Macroeconomic analysis can explain the path followed by Portugal since the euro entry, through the sovereign debt crisis and ending in 2014. The results of the performed correlations seem to confirm a strong relationship between total emigration and unemployment. But the opposite happens to the growth rate of GDP per capita: there is a weak relationship between this variable and the total emigration.

Keywords: emigration, the sovereign debt crisis, unemployment, migration, macroeconomic framework

Lista de Siglas e Abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

NAIRU – Taxa de Desemprego não Aceleradora da Inflação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

SME – Sistema Monetário Europeu

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

Troika – Equipa constituída por membros do FMI, BCE e Comissão Europeia responsável pela reestruturação económica de Portugal

Lista de Gráficos

<i>Gráfico 1: Dívida Bruta Consolidada: Procedimento dos défices excessivos em percentagem do PIB a preços de mercado.....</i>	<i>39</i>
<i>Gráfico 2: Taxa de juro nominal a longo prazo.....</i>	<i>40</i>
<i>Gráfico 3: Taxa de Desemprego 1999-2014.....</i>	<i>40</i>
<i>Gráfico 4: Formação Bruta de Capital em percentagem do PIB.....</i>	<i>41</i>
<i>Gráfico 5: Taxa de inflação (medida através do Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC).....</i>	<i>42</i>
<i>Gráfico 6: Taxa de desemprego na Zona Euro, União Europeia, Portugal e EUA entre 1999-2014.....</i>	<i>42</i>
<i>Gráfico 7: Número total de imigrantes.....</i>	<i>43</i>
<i>Gráfico 8: Número total de emigrantes.....</i>	<i>43</i>
<i>Gráfico 9: Taxa de desemprego jovem (idade inferior a 25 anos).....</i>	<i>44</i>
<i>Gráfico 10: Ganhos líquidos anuais em média em euros.....</i>	<i>44</i>
<i>Gráfico 11: Rendimento das Famílias e Consumo Privado em milhões de euros.....</i>	<i>45</i>
<i>Gráfico 12: Emigração permanente e temporária portuguesa (1960-2014).....</i>	<i>45</i>
<i>Gráfico 13: Emigração Permanente vs. Emigração Temporária.....</i>	<i>46</i>
<i>Gráfico 14: Saldo migratório em Portugal em milhares de indivíduos.....</i>	<i>46</i>
<i>Gráfico 15: Relação Emigração/Taxa de desemprego.....</i>	<i>47</i>
<i>Gráfico 16: Relação Emigração/Taxa de Crescimento do PIB per capita.....</i>	<i>47</i>
<i>Gráfico 17: Outputs SPSS.....</i>	<i>48</i>

Índice

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
1.INTRODUÇÃO.....	8
2.ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	9
3.ANÁLISE DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA UNIÃO EUROPEIA.....	20
4.TENDÊNCIAS DE EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL.....	27
4.1.TENDÊNCIAS GERAIS	27
4.2 EMIGRAÇÃO, DESEMPREGO E CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	31
4.2.1 ANÁLISE DESCRITIVA E GRÁFICA	31
4.2.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÕES.....	32
4.2.3 ANÁLISE ECONOMÉTRICA	33
5. CONCLUSÕES	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	39

1. Introdução

A emigração sempre fez parte do ADN português. Quase todas as famílias possuem um ou mais familiares emigrantes. Mas se antes os emigrantes tinham partido nos anos 60 ainda durante o regime ditatorial com poucas qualificações, agora a nova vaga de migrantes portugueses é bastante mais nova e qualificada. A elevada taxa de desemprego, a baixa taxa de poupança que derivou do aumento do consumo das famílias na última década, alinhada à política orçamental levada a cabo pelo Governo português após o pedido de ajuda internacional ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia, levou a que o rendimento das famílias fosse cada vez mais baixo.

Além disso, também as condições de trabalho sofreram uma deterioração, sendo que o salário deixou de ser capaz de responder aos aumentos de preços que se verificaram principalmente no sector dos transportes, energia e serviços públicos. Como resposta a estas medidas, muitos portugueses não tiveram outra solução senão abandonar os seus lares e encontrar novas oportunidades de vida noutros países. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, entre 2009 e 2013 Portugal teve mais de 195 mil emigrantes permanentes.

O tema da emigração portuguesa passou a dominar as notícias e até o discurso político, devido muito particularmente ao aumento da taxa de desemprego que se verificou nestes anos. Mas ter apenas em conta esta variável não permite ter o total conhecimento do contexto macroeconómico e do que aconteceu à economia portuguesa antes da crise da dívida soberana se instalar. Este trabalho final de mestrado tem como objetivo realizar uma análise ao contexto macroeconómico que levou à migração do sul para o norte da Europa, em específico no caso português.

Depois da introdução, no segundo capítulo encontramos um enquadramento macroeconómico aos anos que antecederam a crise económica e a comparação da economia portuguesa com a economia de outros Estados-Membros da União Europeia. Neste capítulo é ainda realizada uma avaliação à zona monetária europeia e às suas fragilidades, tendo em conta a zona monetária dos EUA.

No terceiro capítulo desta dissertação apresenta-se um diagnóstico aos movimentos migratórios dentro da União Europeia e o retrato dos emigrantes sul-europeus, onde se explicam as principais motivações que os levam a abandonar o seu país de origem. Este capítulo é seguido por um outro acerca das tendências da emigração portuguesa, onde se efetua um teste de correlações entre a emigração e algumas variáveis macroeconómicas. Conclui-se com uma síntese dos principais resultados obtidos, e com uma breve referência às limitações deste estudo e às vias possíveis para o melhorar, com investigação futura.

2. Enquadramento Macroeconómico

O aumento da emigração pode ser justificado com a integração europeia e a aproximação de vários estados-membros europeus a uma identidade acima de tudo europeia e só depois nacional. Aliás, esse era um dos objetivos pretendidos com a implementação do Tratado de Maastricht em 1992: a construção de uma cidadania europeia, alinhada à conclusão do mercado interno europeu que ficaria finalizado com a União Económica e Monetária (UEM).

A integração económica na União Europeia (UE) parecia permitir estabilidade económica, crescimento e emprego que iriam beneficiar todos os cidadãos da UE. Esta integração iria culminar com a implementação de uma moeda única: o euro. Mas a introdução do euro parece não ter sido sentida da mesma forma em todos os Estados-Membros da UE.

Para poderem pertencer à zona euro constituída pelos Estados-Membros que adoptaram a moeda única, todos os países tiveram que passar por um processo de convergência inscrito no Tratado de Maastricht que implicava estabilidade de preços, a sustentabilidade das finanças públicas, da taxa de câmbio e das taxas de juro a longo prazo.

De acordo com Mendonça (1995) este processo de convergência era uma *“aproximação em termos de níveis de desenvolvimento, medida através dos diferenciais entre indicadores macroeconómicos é, neste quadro analítico, a*

condição sine qua non para que um grupo de países possa ser considerado uma zona monetária ótima” (pág. 11).

Mas o conceito de zona monetária ótima defendido por Mundell (1961) não foi cumprido na União Europeia apesar de nesta tese a zona monetária ótima só poder ser uma região com regime de taxas de câmbio flexíveis baseado nas moedas nacionais¹. Também De Grauwe (2013) encontra erros na construção da Zona Euro principalmente no que toca às dinâmicas entre períodos de ‘boom’ e períodos de crise e a falta de estabilizadores económicos, como é o caso da função de emprestador de último recurso do banco central.

Contudo, como defende Mendonça (1995) *“uma zona monetária dada, compreendendo n regiões é dita ótima se, em presença de choques externos assimétricos, afetando a procura de produtos ou a oferta de fatores de uma ou várias dessas regiões, processos automáticos de ajustamento entram em ação, tornando desnecessárias modificações das taxas de câmbio entre as regiões. Estes processos são, nesta óptica, essencialmente três: mobilidade dos fatores de produção entre as regiões ou países, flexibilidade perfeita dos salários, mecanismos de transferências financeiras automáticas entre a autoridade central e a região ou país afetado”* (pág. 11).

Para concluir o processo de integração económica na UE que pressupunha uma zona de comércio preferencial e livre, uma união aduaneira, um mercado único com liberdade de circulação de bens, capitais, trabalhadores e serviços e uma união económica e monetária era necessário passar por um processo de convergência que impunha alguns critérios macroeconómicos. Assim a estabilidade de preços teria que ser expressa por uma taxa de inflação que não ultrapassasse em mais de 1,5% dos três Estados-Membros com os melhores resultados. Já no que toca à sustentabilidade das finanças públicas seriam avaliadas através de dois critérios: a dívida pública que não deve exceder 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e o défice público anual que não pode ultrapassar os 3% do PIB e ainda a participação da moeda nacional no Sistema Monetário Europeu (SME). Aqui a moeda nacional não poderia desvalorizar em

¹ “Today, if the case for flexible exchange rates is a strong one, it is, in logic, a case for flexible exchange rates based on regional currencies, not on national currencies. The optimum currency area is the region.” (Mundell, 1961)

relação à moeda de qualquer outro estado-membro e a taxa de juro a longo prazo não podia exceder mais de 2% da taxa dos três estados-membros que apresentassem os melhores resultados relativamente à estabilidade de preços. Os únicos estados-membros que não participaram neste processo foram a Dinamarca e o Reino Unido, que ainda hoje utilizam as suas moedas nacionais.

Outra característica que não deve ser esquecida do Tratado de Maastricht é que “*o quadro de gestão macroeconómica de UEM acarretou uma significativa diminuição dos graus de liberdade dos Estados na condução de políticas económicas nacionais, não compensando a perda de instrumentos de intervenção a nível nacional por mecanismos semelhantes de gestão económica a nível supranacional*” (Mamede et al, 2013, pág.5).

Além disso, as regras inscritas no Tratado de Maastricht foram interpretadas de forma demasiado solta. De acordo com Bergsten e Kirkegaard (2012) a decisão de entrada de determinado estado-membro na zona euro era puramente política. Isto porque os critérios de convergência económica não eram fixos. Os países podiam ultrapassar em 60% o valor máximo definido para a dívida desde que o rácio descesse continua e substancialmente, atingindo um nível que se aproximasse do valor de referência inscrito no Tratado. Exemplo disso foi a entrada da Itália e da Bélgica, que apesar dos seus níveis de dívida serem o dobro do previsto no Tratado de Maastricht em 1997-98, tornaram-se membros da zona euro².

O que era esperado com estes critérios de convergência, de acordo com Bento (2013) era que países da periferia europeia como Portugal, Espanha e Grécia “*Ao entrar no euro, estes países deveriam ter posto em prática medidas institucionais, e gerir a sua política económica, no sentido de conter a inércia inflacionista herdada do regime monetário anterior, adaptando maior rigor financeiro e introduzindo flexibilidade no funcionamento dos mercados do produto e do trabalho. Isto para contrabalançar a rigidez que a perda da taxa de câmbio iria trazer ao funcionamento das suas economias e permitir que se corrigissem, rápida e automaticamente, eventuais*

² De acordo do Bergsten et al (2012) os valores de dívida da Itália e da Bélgica atingiam os 114,9% do PIB e 117,4% do PIB, respetivamente em 1998.

desajustamentos, nomeadamente nos preços relativos (entre a sua produção e as dos concorrentes externos)” (pág. 42).

Isto não aconteceu. Em parte devido à convergência das taxas de juro com as taxas mais baixas dos países já integrantes da União Europeia, que levaram ao aumento da procura interna em especial no sector de bens não transacionáveis e das importações. Mas por outro lado, também pela abundância de liquidez presente na economia mundial. Ainda de acordo com Bento (2013) a abundância era tanta que “*embotou seriamente a avaliação dos riscos de investimento financeiro, impedindo que o mercado cumprisse a sua missão de sinalizar e diferenciar os riscos, e disponibilizou financiamento barato e praticamente ilimitado para todos os desequilíbrios que os países do euro fraco iam acumulando, assim desincentivando qualquer ajustamento atempado, bem como a rápida assunção dos correspondentes custos económicos e políticos”* (pág. 44).

A acumulação de défices por parte destes países foi crescendo, levando ao crescimento da dívida soberana entre 1999 (início do euro) e 2008 (eclosão da crise financeira internacional), mas sobretudo depois de 2009, como resultado da grande recessão. De recordar que o lançamento da UEM foi marcado pela presença de uma grande diversidade de países com princípios económicos bastante diferentes e pouco integrados entre si. Este princípio ia contra o previsto pela zona monetária ótima. Mas havia outros problemas a considerar. Faltavam ainda certas características à zona euro como “*a mobilidade do trabalho entre países, mecanismos de transferências orçamentais para fazer face a choques assimétricos e sincronia entre os ciclos económicos dos vários países”* (Mamede et al, 2013, pág. 11).

Como se pode observar pelos dados do Gráfico 1 “Dívida Bruta Consolidada: Procedimento dos défices excessivos em percentagem do PIB a preços de mercado”, Portugal ao longo dos anos registou um aumento da dívida pública para mais do dobro, valores que não abrandaram com o pedido de ajuda internacional em 2011. Já na Grécia, que só integrou a zona monetária europeia em 2001, nunca atingiu os valores de referência da dívida pública presentes no Tratado de Maastricht. O mesmo pode ser dito da Itália. Membro desde 1958 da União Europeia, nunca conseguiu consolidar a sua dívida bruta consolidada no plano temporal representado no gráfico.

Mas existia ainda outra falha na construção da UEM que viria a ser fatal para os anos seguintes, especialmente depois da crise financeira despoletada nos Estados Unidos da América (EUA) em 2007. A implementação de uma união europeia federal como praticada nos EUA nunca avançou. Assim, os criadores da zona euro foram compelidos a apresentar soluções sem a existência de uma autoridade fiscal central que teria como objetivo enfrentar choques económicos em regiões específicas ou reinstalar confiança através do desenvolvimento de recursos fiscais aos participantes no mercado privado durante um período de crise (Bergsten et al 2012). Aliás esta preocupação já tinha sido levantada por Alexandre Lamfalussy descrito como um dos “pais do euro” e primeiro presidente do Instituto Monetário Europeu. Extremamente céptico sobre a ideia de que a Europa conseguiria ter uma união monetária sem uma união fiscal, Lamfalussy desacreditava por completo a opinião de que a disciplina de mercado iria ser suficiente para implementar a convergência fiscal (Mihm, 2015). Também a falta de autoridade do BCE, que tinha como principal objetivo garantir que nenhum Estado-Membro atingisse uma taxa de inflação superior a 2%, tornou-se um problema. Não existia um prestador de último recurso definido em caso de crise. Esta situação levou a que *“Uma combinação de políticas e ideologias significava que os empréstimos ao sector público e a inflação eram controlados, mas os empréstimos privados, questões relacionadas com o sistema bancário, desemprego e outras questões macroeconómicas não eram supervisionadas ao nível da zona euro”* (Shambaugh, 2012, pág.15).

De acordo com De Grauwe (2013), a crise existente na Zona euro deveu-se essencialmente à combinação de dois erros já descritos. *“Por um lado, altos e baixos continuaram a acontecer ao nível nacional. De facto, estes foram provavelmente intensificados pela existência da união monetária. Por outro lado, a privação do prestador de último recurso aos estados-membros permitiu o surgimento das crises de liquidez quando os altos se tornaram em baixos”* (pág. 10).

Os altos valores de défice e dívida pública apresentados pelo governo português durante o período 1999-2014 levou a que o acesso ao crédito por parte do grupo de países intervencionados pelo FMI, BCE e Comissão Europeia tivesse *“condições muito mais desvantajosas, em preço e quantidade, do que as suas congéneres*

situadas no core europeu, mesmo que, em tudo o resto, estas lhes sejam semelhantes” (Bento, 2013, pág. 73).

Esta assunção foi até comentada na imprensa internacional. Num artigo do jornal Financial Times é dito que *“as taxas de juro divergentes têm colocado as empresas do sul da Europa numa crescente desvantagem competitiva face aos seus rivais do norte da Europa”* (Atkins, 2012). No caso específico de Portugal, não foi só esta situação que tornou as empresas nacionais em desvantagem face às suas congéneres do Norte da Europa. A forte especialização da indústria portuguesa em sectores de baixo valor acrescentado e com pouca intensidade tecnológica revelou-se bastante frágil quando em 2001, a UE e a China estabeleceram acordos comerciais, quando em 2004 se deu o alargamento à Europa de Leste por parte da UE e quando se deu a forte apreciação do euro face ao dólar entre 2001 e 2008 deteriorando assim a competitividade-preço das exportações portuguesas (Mamede et al, 2013).

Outro grande problema que levou à crise das dívidas soberanas na periferia europeia foi a acumulação excessiva de défices correntes e o crescimento do endividamento em geral de outro sector da economia: a dívida externa. Estes problemas levaram assim à perda da competitividade dos países, o que prejudica a procura. *“(…) Os influxos de capitais ajudaram ao aumento de preços, reduzindo a competitividade dos países mutuários. À medida que os preços aumentaram nos países da periferia, a taxa de juro real caiu relativamente aos outros países europeus o que levou a mais empréstimos”* (Shambaugh, 2012, pág. 12).

Mas em 2011, foi a forte pressão internacional sobre a economia portuguesa que levou a uma maior pressão sobre o sector bancário que originou o momento de Minsky, isto é, altura em que as torneiras do crédito fecharam por completo e muitas empresas não tiveram outra solução do que fechar portas.

Os choques assimétricos que se registaram na União Europeia, levaram a resultados diferentes nos diversos Estados-Membros, prova disso é o Gráfico 2. Aqui é possível confirmar que à medida que a taxa de juro nominal a longo prazo vai subindo para Portugal e Grécia, o contrário acontece na Alemanha, Holanda e Áustria. Esta situação foi prevista na altura da criação da moeda única. *“Os países não podiam continuar a regular a sua própria política monetária e as taxas de juro não são ajustáveis, deixando uma dada região manter-se com altos níveis de desemprego e*

outra região com uma economia forte” (Shambaugh, 2012, pág. 13).

O elevado desemprego que já se fazia sentir desde 2008 em Portugal onde a taxa de desemprego chegava a 8,7% da população e atingia cerca de 469,6 mil pessoas subiu para o dobro no ano de 2013 onde a taxa de desemprego chegou aos 16,4% e o número total de pessoas sem emprego atingiu os 876 mil indivíduos (ver Gráfico 3). Segundo De Grauwe (2013) esta situação deveu-se precisamente à acumulação insustentável de dívida no sector privado em muitos países da Zona Euro. Aliás, de acordo com o autor, esta acumulação de dívida é a principal causa da formação de bolhas.

De acordo com a teoria keynesiana, o desemprego é um fenómeno involuntário. Quando existe uma situação económica favorável, *“os capitalistas contratam trabalhadores e investem para produzir ‘outputs’, uma vez que as expectativas económicas e lucros são positivas”* (Mouhammed, 2011, pág. 104). O contrário acontece quando as expectativas em relação à economia são negativas: existe menos investimento e menos necessidade de contratar novos trabalhadores. Foi este fenómeno que aconteceu em Portugal com o eclodir da crise económica em 2008/2009, tal como pode ser visto no Gráfico 4 sobre a Formação Bruta de Capital Fixo em percentagem do PIB. De Grauwe (2013) explica este acontecimento de forma concisa: à medida que o sector privado vai tentando livrar-se do endividamento financeiro, os seus bens são vendidos, baixando os preços. Disto resulta que outros agentes do mercado são empurrados para problemas de solvabilidade – levando ao desemprego dos trabalhadores - à medida que o preço dos seus bens vai descendo. Esta situação leva a que cada vez mais agentes entrem nesta “bola de neve”. Mas à medida que todos fazem isto ao mesmo tempo, ninguém consegue melhorar a sua própria solvência, piorando este problema. A economia entra assim numa espiral deflacionária onde a única saída é o governo aumentar o seu próprio nível de dívida. É importante também referir que o nível de endividamento bastante elevado do sector privado da economia portuguesa leva a uma perda de competitividade-preço com o resto da zona euro. *“O baixo crescimento é visto com base nos níveis elevados de desemprego e sugere que sem uma taxa de juro baixa, o peso do endividamento irá aumentar”* (Shambaugh, 2012, pág. 17).

Como é possível ver no Gráfico 4, Portugal tem tido nos últimos anos uma deterioração da formação bruta de capital. Apesar de a situação parecer estar a melhorar em 2014, é certo que o investimento total do sector privado nacional não conseguiu acompanhar outros estados-membros como é o caso da Alemanha, França, Áustria ou Reino Unido que apesar de manterem uma política governativa de austeridade têm também sido países receptores de emigrantes portugueses.

A austeridade foi, em si, mais intensificada devido à pressão dos mercados do que tomada racionalmente pelos processos de decisão (De Grauwe et al, 2013). Aliás esta é também a razão apontada para a subida exagerada dos ‘spreads’ (diferença entre taxas de títulos dos governos nacionais e da taxa da Alemanha). O medo e o pânico dos mercados influenciou consideravelmente este mecanismo económico. À medida que o sentimento do mercado foi melhorando, especialmente depois do BCE garantir que iria ser o emprestador de último recurso através de transações monetárias definitivas, isto é, a compra de dívida pública em países sob stress, também os ‘spreads’ baixaram consideravelmente.

Como De Grauwe e Ji (2013) apontam, a imposição de austeridade foi forçada aos países com os maiores ‘spreads’ que foram assim empurrados para uma crise de liquidez pelos mesmos mercados que produziram a subida da taxa de títulos dos governos em crise. “*Quanto maior eram os ‘spreads’ em 2011, mais intensas eram as medidas de austeridade*” (De Grauwe et al, 2013, pág. 3). O problema desta situação é que a acumulação de dívidas no sul da Europa é seguida por uma acumulação de capitais dos países do norte da Europa (De Grauwe, 2012) e esta situação devia ser evitada. Uma das respostas corretas a adotar ao longo da recessão que assolou os vários países da periferia europeia seria forçar os países em défice a reduzir a sua despesa e os países acumuladores de capitais a aumentarem os seus gastos. No entanto, a Comissão Europeia optou por impor um ajustamento nos estados-membros em défice sem o fazer nos países europeus com excedentes. Ao escolher esta estratégia, a zona euro abre caminho a uma deflação. Além disso, esta estratégia pode igualmente levar a um antagonismo e conflito dentro da própria união monetária. Isto porque a Comissão Europeia que deveria estar a defender os interesses de todos, acaba por representar os interesses dos estados-membros credores do norte da Europa, ver

Gráfico 5.

Muitas economias avançadas entraram assim na Grande Recessão com pouco potencial de crescimento e uma taxa de desemprego alta (Blanchard et al, 2013). Mas os estados-membros foram afetados de forma diferente ao longo do tempo por estes problemas. Por exemplo, ao longo dos anos 80 e 90, Portugal e os EUA tinham taxas de desemprego semelhantes (cerca de 6,5% segundo Blanchard et al, 2013). Contudo, Portugal tinha baixos fluxos de realocação de desempregados e taxas altas de desemprego, enquanto que os EUA tinham o contrário. *“Isto sugere que Portugal tinha uma má recolocação (e provavelmente baixa produtividade como resultado, embora a ligação seja difícil de provar empiricamente) e altos custos sociais com o desemprego”* (Blanchard et al, 2013, pág. 5).

Utilizar os EUA como comparação à União Europeia é um exercício bastante informativo. Esta zona monetária, considerada ótima, consegue ultrapassar choques assimétricos de forma diferente, apesar de existirem as mesmas falhas ao nível económico nos Estados americanos das que existem nos estados-membros da União Europeia. Mas nos EUA, a mobilidade do trabalho é o ajustamento necessário para responder a este tipo de choques. Os cidadãos movem-se de Estados onde não existe trabalho disponível para Estados que contam com elevadas taxas de emprego. É de referir que apesar de não existirem provas concretas, a mobilidade de trabalho nos EUA apresenta níveis bastante superiores até à mobilidade registada dentro dos próprios Estados-Membros da zona euro. Os EUA têm também uma boa forma de responder a choques orçamentais. *“Quando um indivíduo perde o emprego, o seu Estado está a enviar menos dinheiro para o governo federal e receber mais em transferências”* (Shambaugh, 2012, pág. 14). Esta situação não acontece a nível europeu, uma vez que não existe um nível de transferências entre Estados-Membros proveitoso (ver Gráfico 6).

Com o subsídio de desemprego bastante vantajoso em alguns estados-membros muitos desempregados acabam por não procurar ativamente trabalho, causando custos de eficiência social. Aliás, esta é uma das razões apontadas para o aumento da

emigração: a falta de procura efetiva de trabalho. Esta situação leva ao aumento do investimento público e melhoria dos salários para aumentar o consumo, bem como incentivos ao investimento privado (lógica de análise keynesiana) (Blanchard et al, 2013).

Também a proteção ao emprego tende a ser bastante alta nos estados-membros que apresentam proteções sociais vantajosas para os desempregados. Com uma proteção ao emprego demasiado excessiva através de restrições legais e administrativas, o processo de recolocação de desempregados é dificultado afetando também o crescimento da produtividade. Esta situação prejudica principalmente os trabalhadores em que a produtividade é desconhecida, como é o caso das novas entradas no mercado de trabalho (jovens adultos) e desempregados de longa duração. Além disso, marca também a existência de uma dualidade na proteção ao emprego. O que acontece é que os trabalhadores permanentes acabam por estar mais protegidos que os trabalhadores temporários. Esta situação deve ser evitada especialmente para aumentar o número de jovens empregados.

A conclusão que Blanchard, Jaumotte e Loungani (2013) apresentam é a existência de uma maior proteção aos trabalhadores através de subsídio de desemprego em vez de uma maior proteção ao emprego. O subsídio de desemprego pode ser generoso o suficiente se for coordenado com políticas de trabalho eficazes. Isto é, os benefícios ao desemprego devem ser condicionados por uma procura efetiva de trabalho, por formação e na aceitação de trabalho se existir. Um sistema de formação para adultos, coordenado com o subsídio de desemprego, é também essencial de forma a não existir perda de ensinamentos educacionais e manter os desempregados de longa duração vocacionados. Especialmente com o prolongamento da crise das dívidas soberanas, onde o carácter cíclico do desemprego se tornou natural, esta política, se aplicada pode trazer bons resultados.

Isto não significa que não tenham que existir ajustamentos aos benefícios sociais em caso de desemprego. Portugal, por exemplo, tinha um dos sistemas mais generosos da União Europeia e foi aconselhado pelo FMI a ajustar este sistema e baixar os incentivos. Já no caso da Islândia, intervencionada pelo FMI em 2008, os programas de emprego atingiram essencialmente os jovens, trabalhadores de baixas qualificações

e os desempregados de longa duração através do aumento de registo para benefícios aos desempregados, contratações subsidiadas e programas de estudo.

Outra teoria sobre o elevado desemprego na Europa deriva “*daquela que ficou conhecida como a teoria da NAIRU, mercados de trabalho inflexíveis e apoios sociais demasiado generosos foram considerados os culpados pelo aumento do desemprego europeu*” (Stockhammer, 2004, pág. 2). Aliás, a teoria da NAIRU tornou-se na principal teoria explicativa da subida do desemprego, de acordo com Stockhammer (2004). A NAIRU também conhecida como ‘Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment’ é uma taxa de desemprego abaixo da qual a taxa de inflação tem tendência para subir. Se a taxa de desemprego ultrapassar a NAIRU, há uma descida da taxa de inflação. Uma vez que esta teoria dá uma maior importância aos mercados de trabalho rígidos, bastante mais comuns nos países do sul da Europa tal como defendido por organizações internacionais como a OCDE ou o FMI, é fundamental referi-la como uma das teorias que mais pode ajudar a compreender a crise europeia.

É importante também recordar que com a crise internacional, os Estados-Membros registaram um aumento das transferências sociais devido ao aumento do desemprego, ao mesmo tempo que as receitas fiscais diminuíram face ao abrandamento económico. Esta situação teve bastante impacto nas finanças públicas (Mamede et al, 2013) levando à sua deterioração e consecutiva opção pelas chamadas reformas estruturais no âmbito do programa de ajustamento da “troika”.

Concluindo, Portugal deparava-se com uma economia relativamente frágil, com problemas estruturais que se traduziam numa fraca dotação de capital fixo, baixas qualificações da população e uma especialização em sectores de baixa e média tecnologia. Reveladores de fraca competitividade, estes problemas foram agravados com os choques macroeconómicos na primeira década do Séc. XXI, nomeadamente com a introdução da moeda única, a liberalização do comércio internacional que resultou no peso crescente da China como grande produtor mundial de bens que Portugal exportava (como é o caso dos tecidos) e a adesão à UE dos países europeus de leste. Estes choques macroeconómicos resultaram num forte abrandamento do

crescimento económico em Portugal, que derivou num acentuado aumento do desemprego.

Até à crise de 2008/2009 estes problemas da economia portuguesa foram minorados com o aumento do endividamentos das empresas e das famílias, que tiraram proveito das baixas taxas de juro associadas ao euro e do empolamento do sector de bens não transacionáveis (construção, comércio e serviços financeiros). Com a crise de 2009 (queda de 3% do PIB), a que se seguiu uma ligeira recuperação em 2010, e sobretudo com a crise das dívidas soberanas depois de 2011, a situação macroeconómica em Portugal deteriorou-se. Com uma enorme recessão em 2011, 2012 e 2013 (perda acumulada de 7% do PIB), o efeito no desemprego foi enorme (cerca de 17% em 2013) e as consequências na emigração, tendo-se regressado aos níveis dos anos 60 do século passado, como veremos em pormenor nos capítulos seguintes deste trabalho.

3. Análise dos movimentos migratórios na União Europeia

A emigração não é uma palavra desconhecida dos europeus, em geral, e dos portugueses, em particular. Historicamente, a emigração sempre foi vista como uma solução para a melhoria do estilo de vida. Com o impacto da crise das dívidas soberanas nas empresas e consecutivamente nas condições e postos de trabalho nos países mais afetados, a emigração passou a estar na ordem do dia. A livre circulação de pessoas dentro da União Europeia foi um dos pilares da sua criação, culminando na assinatura dos Acordos de Schengen em 1985. Seguindo a teoria de Mundell (1961) já referida, dado um choque macroeconómico numa região da zona monetária ótima, uma das formas de levar ao ajustamento seria através da mobilidade de trabalho entre os países. Mas os movimentos migratórios, mesmo dentro da própria UE, sofrem evoluções com o passar do tempo. Prova disso são os dados referentes aos anos entre 2007 e 2010 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que levam a crer que a mobilidade laboral desceu 35% na Europa. Mas desde aí que está a aumentar, principalmente dos países do sul europeu para a Alemanha (OCDE, 2014).

Sendo a UE uma zona monetária “potencialmente” ótima pode ser necessário contrastar os movimentos migratórios com uma região considerada por muitos autores

como monetariamente ótima: os EUA. Existem evidências que apontam que a mobilidade regional tenha sido superior na Europa do que nos EUA, onde a mobilidade regional entre Estados não reagiu aos choques no mercado de trabalho (Jauer et al, 2014). De recordar que, além das inevitáveis barreiras linguísticas, ainda existem barreiras administrativas à liberdade de movimento e que limitam a migração entre países na UE, tais como dificuldade em aceder à transferência de qualificações e experiência do mercado de trabalho. É importante ainda referir que a taxa de desemprego nos EUA apresentou valores elevados logo no eclodir da crise económica (2009). Na zona euro, a taxa de desemprego atingiu o seu pico em 2011, altura em que o desemprego norte-americano entrou em declínio (ver Gráfico 6).

Um dos motivos que levou milhares de europeus a optar pela saída do seu país de origem após a crise assenta na crença que a mobilidade laboral leva a um aumento do salário e dos níveis de emprego. Os motivos económicos são muitas vezes a razão que leva à eventual emigração. A teoria com maior influência nas causas da emigração foi *“a teoria da emigração que emana da economia neo-clássica, baseada no princípio da escolha racional, a maximização da utilidade, retornos líquidos esperados, mobilidades dos fatores e diferenciação do salário”* (Arango, 2000, p.285). As migrações parecem assim resultar da desigualdade geográfica da distribuição de capital e outros fatores. Esta teoria é, no entanto, bastante criticada. Primeiramente porque não explica porque são poucas as pessoas a decidir emigrar, dadas as diferenças de salários e de apoios sociais que existem entre vários países. Seguidamente também não explica porque é que alguns países têm uma tradição migratória bastante elevada e outros, estruturalmente semelhantes, não. De acordo com Arango (2000, p.286) *“os factores políticos são nos dias de hoje muito mais influentes que a diferença de salário a determinar a mobilidade ou imobilidade (...)”*

A Alemanha tornou-se no destino favorito dos migrantes dentro do regime de livre circulação de trabalhadores, definido pela UE (ver Gráficos 7, 8 e 9). A OCDE (2014, p. 18) aponta a situação económica da Espanha e da Itália e a sua consequente repulsão por parte dos migrantes, como uma das razões para esta situação. Contudo, é preciso referir que alguns indivíduos optam pela emigração temporária, ao invés da

emigração permanente³. Este tipo de emigração tende a refletir as condições económicas e as necessidades a curto prazo de trabalhadores e competências. Os fatores políticos podem em parte explicar uma tendência geral dos países da Europa do Sul para a emigração. Foram estes os mais afetados com as medidas impostas pela Troika, composta pelo BCE, FMI e Comissão Europeia. Em alguns países sobre supervisão destas entidades, como é o caso de Portugal e Grécia, o desemprego entre os mais jovens resulta, de acordo com o FMI, de um sistema de dualidade no mercado de trabalho que favorece os indivíduos com longas carreiras contributivas, através de proteção no emprego e no desemprego. *“Reduzir a proteção ao emprego nos novos contratos de trabalho permanentes pode ajudar a estimular a contratação de desempregados através de contratos estáveis à medida que a recuperação avança”* (Blanchard et al, 2003, p. 16). A diminuição da proteção no trabalho para os jovens trabalhadores, além da enorme precariedade a que estão sujeitos e do aumento do desemprego, resulta numa baixa expectativa face ao futuro. A perda de direitos face a trabalhadores mais velhos e ainda a preocupação com a melhoria das suas condições de trabalho e de vida são encarados como razões para o aumento da emigração. Importa ainda referir que o facto de a emigração ter aumentado nos países mais atingidos pela crise, não significa que o desemprego tenha diminuído. Segundo Elsner et al (2013), os fluxos de migrantes que saíram do seu país não são suficientes para descer o desemprego (ver Gráfico 9).

Mas a evidência empírica parece confirmar que os europeus estão mais reativos aos choques assimétricos dos ciclos económicos. Beine et al (2013) concluem que os ciclos económicos e as taxas de desemprego afetam a intensidade de fluxos migratórios bilaterais. Além disso, encontraram também evidências de que o ciclo económico e a taxa de crescimento no país de destino são variáveis a que os emigrantes dão importância para a escolha do país de migração. Ainda assim, dentro

³ De acordo com o Sistema de Metainformação da Instituto Nacional de Estatística português, o conceito de emigrante permanente representa uma pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano. Já um emigrante temporário representa uma pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

do espaço europeu, está comprovado por estes autores que os Acordos de Schengen e a introdução da moeda única aumentaram significativamente a mobilidade internacional entre os países da OCDE. “(...) *Desenvolvimentos económicos de curto prazo (flutuações dos ciclos económicos e perspectivas de emprego), tanto na origem como no destino, afetam os níveis de fluxo da migração bilateral mais do que fatores de longo prazo como a diferenciação de salário*” (Beine et al, 2013, p. 4).

No entanto, a decisão de emigrar pode ser adiada devido a vários factores. O subsídio de desemprego é um deles. “*Na presença de benefícios ao desemprego, um aumento na taxa de desemprego pode reduzir a propensão para migrar*” (Beine et al, 2013, pág. 7). Este efeito, de acordo ainda com os dados de Beine et al (2013), leva à conclusão que quanto maior é o nível médio de apoios sociais ao desemprego, menor é a intenção de emigrar. Por exemplo, outro ponto que deve ser considerado por afetar negativamente a migração é a disponibilidade de apoios sociais aos desempregados no país de destino. Se os apoios sociais ao desemprego apenas estiverem disponíveis para os nativos e não para emigrantes, e na presença de incerteza quanto ao emprego no país de destino, um aumento do desemprego pode também reduzir a propensão a emigrar. Contudo, na UE é possível os desempregados europeus que queiram emigrar continuarem a receber subsídio de desemprego. Para isso, basta que um dos países de destino esteja dentro da UE ou seja um dos seguintes: Noruega, Islândia, Suíça ou Liechtenstein⁴. No entanto, o valor pago de subsídio de desemprego no país de destino é igual ao valor que o beneficiário deste apoio estava a receber no país de origem. Tendo em conta os valores elevados do custo de vida entre o Norte e o Sul da Europa, este apoio pode não ser suficiente para os emigrantes do Sul da Europa. É importante referir ainda que Beine et al (2013, p.23) concluíram também que a diferença salarial entre países da UE pode levar a um aumento da migração. “*Um aumento de cerca de 10% no rácio salarial leva em média a um aumento da migração bilateral em 8,5%*” (Beine et al, 2013, p.23).

⁴ Além disso, o beneficiário deste apoio social ao desemprego deve estar inscrito no centro de emprego, informar o centro de emprego de que vai sair do país para procurar emprego e requerer juntos dos serviços da segurança social do seu país um documento portátil (U2), que deve depois apresentar junto dos serviços de apoio social no país de destino.

Mas para os emigrantes europeus existem outras duas vantagens a considerar: a moeda comum e a diferenciação de salário. *“A utilização de uma moeda comum entre os países leva à descida dos custos de conversão entre o país de destino e o país de origem para os migrantes”* (Beine et al, 2013, p.15). A utilização de uma moeda comum desce os custos de conversão de moeda, ou seja, os custos da mudança de país descem e existe também um favorecimento da comparação direta entre os salários e preços dos vários países. Com a implementação do SME, as transferências internacionais interbancárias ficaram também mais fáceis. Há também uma descida da incerteza no que toca à conversão do salário no país de destino devido ao desaparecimento das taxas de câmbio. *“Isto é importante para os emigrantes que queiram enviar parte dos seus ganhos para a sua família que ficou para trás”* (Beine et al, 2013, p. 15).

Em 2013 a Alemanha tinha cerca de 259 328 imigrantes e uma das razões apontadas para explicar o crescimento da emigração para este país é a evolução dos títulos de dívida pública a 10 anos, especialmente para a Grécia e Portugal. *“A evolução dos títulos de dívida pública a 10 anos tem um papel que, em média, é limitado mas substancial para dois países, nomeadamente Grécia e Portugal, onde pode explicar respetivamente 11% e 16% do aumento da emigração que observamos nos nossos dados”* (Bertoli et al, 2013, p.35). Outras razões apontam para um aumento dos fluxos migratórios para a Alemanha, de acordo com os dados de Bertoli et al (2013, p.27): apenas 28% do aumento da migração para a Alemanha pode ser atribuído às expectativas económicas negativas nos países de origem, enquanto 72% do aumento da migração advém das expectativas sobre a evolução dos destinos alternativos em relação aos países de origem. Ainda assim, *“O nível da mobilidade tem sido baixo na União Europeia, antes da fundação da zona euro, e mesmo hoje, depois do desenrolar da crise, os fluxos de migrantes dos países mais afetados são relativamente moderados”* (Bertoli et al, 2013, p.35).

Jauer et al (2014, p.13) fazem um retrato dos migrantes europeus através dos dados levantados para o seu estudo. A conclusão a que chegam é que não são necessariamente os indivíduos desempregados no seu país de origem que procuram emprego noutro país. Na realidade, os indivíduos que decidem emigrar apresentam baixas taxas de desemprego em comparação com os indivíduos que não emigram. Outra conclusão a que os autores chegam é que os emigrantes europeus são também

mais jovens e com melhores qualificações que a população “não móvel”. *“Este fenómeno é também observado nos Estados Unidos, mas a um nível inferior. Os nacionais dos países da Europa do Sul⁵ destacam-se devido aos seus níveis educacionais, com a maioria a possuir um grau de nível superior”*. Contudo, parecem existir algumas disparidades entre os emigrantes dos países do Sul da Europa. Enquanto a percentagem de emigrantes da Grécia e Itália com níveis altos de educação ronda os 60%, só um quarto dos emigrantes portugueses é altamente qualificado. Associado ao níveis elevados de qualificação está o nível de ocupação dos emigrantes sul-europeus, que é também alto segundo as conclusões de Jauer et al. Uma outra observação destes investigadores relaciona-se com emigrantes naturalizados europeus. De acordo com os dados recolhidos, estes emigrantes apresentam taxas de mobilidade superiores aos nativos e, por isso, tendem a ter um potencial mais elevado para aliviar os choques regionais no mercado de trabalho do que os europeus nativos. Além disso, os emigrantes naturalizados com nacionalidade de um dos países da Europa do Sul, especialmente espanhóis, italianos e portugueses, tendem a ser particularmente móveis.

Também Triandafyllidou e Gropas (2014) traçam um perfil dos emigrantes sul-europeus. De acordo com os dados levantados pelas autoras, o saldo migratório negativo que se tem verificado nestes países (excepto Portugal) tem em vários casos a ver com a saída de imigrantes de outros países e até da UE, e não tanto com a saída de nacionais. Ainda assim, a maior parte das respostas que receberam ao inquérito realizado⁶ aponta para uma proeminência masculina na emigração e pessoas com menos de 45 anos. A maior parte dos migrantes é altamente qualificada. *“As respostas que recebemos sugerem que as motivações para sair são menos económicas e mais relacionadas com as perspetivas futuras, oportunidades de carreira e falta de esperança no que toca às perspetivas gerais no seu país de origem”* (Triandafyllidou et al, 2014, p.8). Para estes migrantes, fatores como o desemprego, poucas

⁵ Os autores consideram como Europa do Sul a Grécia, Itália, Espanha e Portugal.

⁶ Este inquérito foi realizado com a cooperação de equipas de investigação de Espanha, Grécia, Itália, Irlanda e Portugal. Foi lançado um ‘e-survey’ durante três meses em 2013 de forma a conhecer as principais características dos migrantes. Os dados foram recolhidos apenas pela internet.

oportunidades de trabalho e salários precários influenciaram a decisão de partida, sendo mencionada a procura por salários mais altos e segurança laboral como incentivos para se estabelecerem no estrangeiro. Outros fatores considerados são também fatores políticos, como a corrupção e nepotismo, tendo estes sido intensificados com a crise das dívidas soberanas e eliminado quaisquer oportunidades de desenvolvimento profissional.

Reino Unido, Alemanha e França são os países preferidos destes emigrantes da Europa do Sul para se estabelecerem. De acordo com o Gráfico 10, aqueles países são os que apresentam um rendimento anual bastante superior aos países do sul da Europa. As razões apontadas para escolher estes países tem a ver com a maior oportunidade de carreira, melhores salários e melhor qualidade de vida. Não existem restrições relacionadas com vistos e conhecer a língua são também alguns indicadores apontados para a escolha dos países de destino. Outra conclusão importante é a de que a rede de conhecimentos não é utilizada por estes novos fluxos migratórios como razão para se estabelecerem em certos países. Esta constatação é diferente do que acontecia no passado. Nos fluxos migratórios registados depois da II Guerra Mundial e até ao fim dos anos 80, a rede de conhecimentos era bastante importante para assegurar a chegada ao país de destino. Agora, parece que as perspetivas de carreira são mais importantes, segundo os dados de Triandafyllidou et al (2014). Os emigrantes vêem-se ainda como racionais, inteligentes, fortes, organizados e motivados. *“Eles dão ênfase ao cálculo custo-benefício”* (Triandafyllidou et al, 2014, p.16).

Durante a crise das dívidas soberanas, a emigração foi assim vista como uma solução para a melhoria da qualidade de vida nos países do sul da Europa, particularmente Portugal. Aliás, tendo em conta que a emigração sempre esteve enraizada na cultura portuguesa, não é de estranhar que esta tenha sido uma resposta para combater os efeitos da crise no trabalho e vida familiar de muitos portugueses. A emigração foi muitas vezes apontada como a causa da descida do desemprego, da descida da natalidade e até do ‘brain drain’ para o resto da Europa. No entanto, ainda não há dados suficientes sobre o efeito da emigração dos últimos anos que apontem para estas conclusões.

4. Tendências de emigração em Portugal

4.1. Tendências gerais

A nova vaga de emigração portuguesa não se fez sentir imediatamente depois da crise económica ter eclodido nos EUA em 2008. Foi só a partir de 2011 que se começou a notar uma subida generalizada na saída de portugueses do seu país de origem. Esta data coincide com a entrada da Troika em Portugal. Foi a partir daqui que se iniciaram um conjunto de reformas estruturais à economia portuguesa que tiveram impacto tanto na vida das famílias, como na das empresas. Tendo em conta “o enorme aumento de impostos”, assim caracterizado por Vítor Gaspar em 2012 – na altura Ministro das Finanças do Governo –, os cortes no rendimento e no consumo das famílias, e as mudanças na legislação reguladora do mercado de trabalho, a vida dos portugueses modificou-se durante os anos da supervisão financeira do BCE, Comissão Europeia e FMI. Os custos sociais da crise da dívida soberana em Portugal foram vários, mas “o mais significativo custo social da crise foi a enorme subida da taxa de desemprego, que tinha alcançado 9,6% em 2009 e um record de 11,1% em 2010” (Graça et al, 2011, p.41).

Pela observação do Gráfico 11, desde 2010 que o rendimento das famílias e o consumo privado está a diminuir. Aliás, estas variáveis encontram-se em 2012 ao nível dos valores do ano de 2007. Dentro deste instável contexto macroeconómico, os portugueses perderam, além dos rendimentos, direitos ligados ao trabalho, como a desvalorização do salário, o retrocesso no horário de trabalho e a flexibilização do mercado de trabalho. De acordo com Leite et al (2013), esta perda de direitos devido às políticas de austeridade levou a alguns “ (...) *impactos de sentido negativo: perda de autonomia dos parceiros sociais, sobretudo dos sindicatos; reforço das tensões entre os próprios atores das relações laborais; um reforço das assimetrias no mercado de trabalho, designadamente entre classes de rendimentos elevados e classes de rendimentos baixos, ou na relação entre sector público e sector privado; uma forte diminuição do poder de compra das famílias; um aumento da contestação social (quer sob a forma de greves convocadas por estruturas sindicais, quer sob a*

forma de protestos e manifestações várias convocados por cidadãos indignados), etc” (p. 155).

Estas alterações, levadas a cabo pelo Governo português em conjunto com a “Troika”, alteraram a vida dos portugueses. A descida de rendimento, aumento do desemprego, subida dos preços e deterioração das condições de trabalho não foram suficientes para manter uma parte da população portuguesa no país.

Particularmente em Portugal, a emigração foi sempre vista como uma solução para a melhoria das condições de vida. Durante a década de 60 a emigração portuguesa apresentou valores bastante elevados para a época. A crise vivida nesta altura seria mais política do que económica, mas o desemprego e pobreza, principalmente nas regiões mais rurais, são ainda hoje apontados como uma das causas que levaram a esta vaga de saída de nacionais. *“Algumas das suas causas prendem-se com o regime ditatorial implantado em Portugal, a pobreza e as dificuldades de emprego na zona rural, obrigando muitos portugueses a procurar melhores condições de vida na Europa, Venezuela, África do Sul, E.U.A e no Brasil, assim como nas antigas províncias do ultramar, entre outros”* (Santos, 2004, p. 17).

Apesar de ter existido uma descida da emigração portuguesa depois de 1974, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 a saída de nacionais voltou a aumentar. A liberdade de movimento na Europa, tanto para os Estados Membros da União Europeia como da EFTA, explica porque é que a emigração portuguesa passou a ser feita para estes países durante este período, de acordo com Pires et al (2014).

Hoje, tal como nos anos 60, a emigração portuguesa é também caracterizada pela procura de melhores condições de vida noutras partes. Num inquérito realizado em 2013 (Peixoto et al, 2014) aos migrantes portugueses,⁷ a maior parte tem até 30 anos ou idades compreendidas entre 31 e 45 anos: estes dois grupos representam cerca de 94% das respostas. A emigração parece afetar tanto homens como mulheres, apesar de

⁷ Este inquérito foi realizado entre maio e agosto de 2013 e disseminado pelas redes sociais e jornais online. A amostra recolhida não é representativa, focando-se apenas nos migrantes portugueses qualificados.

a maior parte das respostas (57,1%) terem sido dadas por homens. A grande maioria dos inquiridos revelou ainda possuir um grau académico, sendo as áreas de especialização bastante variadas. Ainda assim, foram os inquiridos com graus académicos em Engenharia (23,2%), Economia e Gestão (13,2%), Ciências Sociais (11,5%), Saúde (10,4%), Matemática e Ciências Sociais (9,9%) e Arquitetura (5,6%) que mais responderam a este inquérito. É ainda referido neste inquérito que “*é muito provável que a crise económica, a recessão e o contínuo agravamento do mercado de trabalho tenham reforçado o recurso à emigração*” (Peixoto et al, 2014, p. 2). Apesar de os países de destino destes migrantes serem bastante variados, os investigadores encontraram um maior número de respostas vindas do Reino Unido (22,9%), Alemanha (7,7%) e Holanda (6%). É ainda importante referir que a maior parte das respostas dos inquiridos vieram mesmo da UE, Suíça e Noruega: é aqui que se encontram 80% dos migrantes. Uma rápida observação ao Gráfico 11, diz-nos que é nos países referidos (Reino Unido, Alemanha e Holanda) que se encontram os maiores ganhos líquidos anuais em média, o que aparentemente parece confirmar a importância dada por esta nova onda de migração ao custo-benefício de procurar melhores condições de trabalho. Além disso, o Reino Unido tem sido nestes últimos anos apontado como o principal destino a atrair portugueses qualificados (Pires et al, 2014, p. 13).

Nas razões apontadas para a saída do país, mais de metade (51,9%) declarou a falta de perspetivas de futuro como a principal motivação, sendo que 12,9% dos inquiridos referiu ainda a procura de um melhor futuro para os seus filhos num novo país como a principal razão. Há ainda a salientar que 27,9% dos inquiridos estava empregado mas sem oportunidades de carreira, 20,6% desempregados e 19,2% empregados mas com baixos salários. A inserção precária no mercado de trabalho da amostra selecionada para este inquérito foi eleita para justificar a saída de Portugal. Além disso, os inquiridos (51,3%) justificaram ainda que nos empregos que detinham em Portugal as oportunidades de subida de carreira eram poucas ou nenhuma, havendo quase metade (46%) que não estava satisfeito com o seu emprego. São ainda muitos os inquiridos que não pensam voltar para o país. Este inquérito revelou que pelo menos 58,5% não pretende regressar a Portugal nos próximos cinco anos e apenas 32,9% pretendiam ficar entre um a cinco anos no país de destino. Convém, no entanto, salientar que, até

à data, a emigração de portugueses qualificados tem crescido na mesma proporção que o crescimento da população a viver em Portugal com um grau académico superior. É, contudo, possível que “*tenham existido alterações não registadas na estrutura das qualificações mantidas pelos migrantes*” (Pires et al, 2014, p. 13).

Este retrato da nova emigração portuguesa vai ao encontro do que se tem passado no resto da Europa. Além de Portugal, também a Grécia, Espanha e Itália registaram taxas de desemprego jovem bastante elevadas, tal como pode ser verificado no Gráfico 9. Foram os países do sul da Europa e a Irlanda que “*têm enfrentado uma queda nos salários e benefícios sociais, e uma substancial deterioração das expectativas profissionais*” (Gropas et al, 2014, p.1). Os resultados alcançados por Gropas et al no inquérito realizado nos países da Europa do Sul e Irlanda revelam conclusões bastante semelhantes ao inquérito realizado em Portugal. Parece existir, por isso, um sentimento semelhante nestes países mais afetados pelas migrações dos seus nacionais: uma perda de indivíduos com graus académicos, que resulta num ‘brain-drain’ em alguns sectores da economia. Há ainda outra preocupação expressa pela perda de capital humano na inovação da economia e no potencial competitivo destes países, que “*provavelmente não serão capazes de atrair talento estrangeiro (circulação de cérebros) para balancear o fluxo de saídas, uma vez que o acesso às posições mais bem pagas e prestigiadas no mercado de trabalho é determinado por afiliações políticas e nepotismo*” (Gropas et al, 2014, p.6).

De acordo com os dados presentes no Gráfico 7, Portugal foi um país bastante atraente para os imigrantes até 2007. Esta situação alterou-se com o início da crise económica em 2008. Mas foi especialmente no período entre 2011 e 2013 que Portugal passou a apresentar um saldo migratório negativo (ver Gráfico 14). Isto é, saíram mais migrantes do que aqueles que entraram no país. “*A principal característica deste grupo de países [onde se encontra Portugal] é a sua fraca atratividade migratória. Atraem poucos imigrantes, sobretudo imigrantes estrangeiros, e estão na origem de fluxos de emigração de amplitude média ou elevada, maioritariamente compostos por nacionais*” (Pires, 2015). Com a crise das dívidas soberanas, Portugal passou assim a ser um país emissor de migrantes e não receptor, como foi durante toda a época dos anos 90 e 2000.

4.2 Emigração, desemprego e crescimento económico

A emigração portuguesa nestes últimos anos da supervisão da “Troika” voltou a ganhar especial atenção da comunicação social e, especialmente, alguma importância no discurso político, tendo até sido aprovado em Conselho de Ministros a criação de um programa de apoio ao empreendedorismo emigrante⁸ em março de 2015. Ao longo deste período existiram bastantes preconcepções sobre o que motivava a emigração portuguesa. Talvez a mais popular seria a de que a emigração aumentava à medida que o desemprego, especialmente o desemprego jovem, também aumentava. Outra igualmente importante seria a de que à medida que a emigração aumentava, o consumo privado descia. Acredita-se ainda que uma das causas da queda da emigração pode estar relacionada com o aumento dos ganhos das famílias. Do ponto de vista macroeconómico, o aumento da emigração pode estar também relacionado com a queda do PIB *per capita*. Mas, de acordo com as conclusões apresentadas por Peixoto et al (2014), existem outras variáveis subjetivas que podem ter incitado a emigração de residentes em Portugal, entre eles a falta de esperança no país, de perspectivas para o futuro e de oportunidades de carreira.

4.2.1 Análise descritiva e gráfica

Para testar se as variáveis independentes (associadas ao crescimento da emigração) estão de algum modo correlacionadas com a variável dependente (emigração) obtive dados com base no INE. Na medição da relação entre as variáveis, recorreu-se a uma correlação simples, através do Excel e do software SPSS. A escolha do método para a realização de uma investigação desta natureza incidiu sobre o quantitativo, pela sua clareza na apresentação de dados, indicadores e passíveis de serem quantificadas. De referir, que existem algumas insuficiências na análise, devido à falta de dados da taxa de desemprego para o período que se queria analisar (1976-2014). As hipóteses selecionadas foram as seguintes:

⁸ O programa VEM tem como objetivo apoiar projetos de empreendedorismo e de criação de negócio de emigrantes portugueses que queiram regressar ao país. Aparentemente, este programa revelou-se um fracasso, envolvendo apenas um potencial de 20 regressos.

Hipótese 1: O aumento da emigração total está correlacionado com o aumento do desemprego entre 1983 e 2014.

Hipótese 2: O aumento da emigração está correlacionado com a diminuição do PIB per capita entre 1976 e 2014.

Como pode ser visto no Gráfico 15, existe uma relação positiva forte entre a Emigração Total⁹ e a Taxa de Desemprego, confirmando-se por isso a Hipótese 1. Já no Gráfico 16, pode-se confirmar uma relação negativa, mas fraca, entre a Emigração Total e a Taxa de Crescimento do PIB per capita.

4.2.2 Análise de correlações

Correlação Emigração total/Taxa de desemprego:

Sinal esperado (+) verifica-se e o coeficiente de correlação é forte (0,786) e é significativo a um nível de 1%.

Correlação Emigração total/Taxa de crescimento do PIB per capita:

Sinal esperado (+) não se verifica e o coeficiente de correlação é fraco (-0,323) mas é significativo a um nível de 5%.

⁹ A soma da emigração permanente com a emigração temporária.

Correlações

		LNEMIGT OTAL	TXDES	TXCPIBP C
LNEMIGPERM	Correlação de Pearson	1	,786**	-,323*
	Sig. (2 extremidades)		,000	,045
	N	39	39	39
TXDES	Correlação de Pearson	,786**	1	-,471**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,002
	N	39	39	39
TXCPIBPC	Correlação de Pearson	-,323*	-,471**	1
	Sig. (2 extremidades)	,045	,002	
	N	39	39	39

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

4.2.3 Análise econométrica

O Modelo OLS (Mínimos Quadrados) confirma os resultados da análise de correlações.

Variável dependente: Emigração Total (Logaritmo neperiano)

Variáveis explicativas:

- Constante:

Coefficiente: 7,553; Erro padrão: 0,341; estatística t: 22,174; p value: 0,000 (significativo a 1%)

- Taxa de Desemprego:

Coefficiente: 0,260; Erro padrão: 0,037; estatística t: 6,991; p value: 0,000 (significativo a 1%)

- Taxa de Crescimento do PIB per capita:

Coefficiente: 2,042; Erro padrão: 3,933; estatística t: 0,519; p value: 0,607 (não significativo)

Qualidade global do modelo:

R^2 : 0,620

R^2 ajustado: 0,599

Note-se que neste caso o coeficiente estimado da Taxa de crescimento do PIB per capita tem o sinal esperado (+), mas é estatisticamente não significativo.

5. Conclusões

O presente trabalho visa analisar os efeitos da crise das dívidas soberanas na emigração do sul para o norte da Europa, especificando o caso português. De forma a efetuar uma análise aprofundada, o período temporal escolhido situou-se entre 1999 e 2014. Através do exame a este período temporal, especialmente para a análise macroeconómica, é possível concluir quais as situações que potenciaram a crise económica. Foram escolhidas variáveis comuns à macroeconomia e importantes para o tema deste trabalho.

No campo teórico, o endividamento de Portugal face aos credores estrangeiros, aliado à fraca capacidade produtiva, em conjunto com os choques macroeconómicos sentidos, levaram a uma enorme recessão económica, empolada pelo pedido de ajuda externa que proporcionou um período de reformas estruturais que marcaram a vida dos portugueses, tanto a nível económico como social. A emigração parece ter sido uma resposta às condições que se faziam sentir, existindo uma análise de custo-benefício efetuada pelos potenciais emigrantes através de um exame a variáveis económicas e sociais.

A livre circulação de pessoas foi um dos pilares da criação da União Europeia. Existindo uma maior abertura para receber cidadão europeus, uma história partilhada e até uma proximidade cultural, não é de estranhar que sejam os países europeus que recebem grande parte dos emigrantes portugueses. Mas antes de partirem, os emigrantes parecem fazer uma análise custo-benefício que tem em conta variáveis não

só económicas, como o rendimento disponível, mas também sociológicas, como a facilidade de progressão na carreira e a expectativa sobre o futuro do país. Existem ainda alguns migrantes que, na sua escolha racional, têm também em conta fatores políticos, como a corrupção e o nepotismo.

Os apoios sociais têm também um papel a representar na relação com a emigração. Quanto maior é o apoio ao desemprego, menor é a emigração. O mesmo parece acontecer com os apoios sociais no país de destino. Se existir incerteza, a propensão a emigrar é menor por parte dos nativos de um determinado país. A moeda comum tem igualmente um papel a desempenhar na ligação com a emigração. Ao realizarem uma análise custo-benefício, os migrantes entendem que os custos de conversão são menores, o que facilita o envio de remessas para o país de origem. Parece já não existir uma preferência por países onde existe uma rede de contactos estabelecida.

Há ainda que confirmar em trabalhos futuros se é a taxa de desemprego a responsável pelo aumento da emigração. De acordo com vários estudos, esta hipótese parece não se relacionar com o aumento da emigração, uma vez que os migrantes inquiridos tinham um emprego antes de abandonarem o seu país de origem. Contudo, existe uma forte relação entre a taxa de desemprego e a emigração, tal como confirmado no ponto 4.2 deste trabalho. O mesmo não acontece com a Taxa de Crescimento do PIB per capita, existindo uma relação bastante fraca entre estas duas variáveis.

A emigração portuguesa parece estar em linha com o que tem acontecido no resto da Europa, especialmente nos países da Europa do sul afetados pela crise das dívidas soberanas. A procura por melhores condições de vida e de trabalho é uma das razões apontadas para a saída do país de origem. Apesar de algumas insuficiências, como a falta de dados quantitativos para todos os anos estudados e as dificuldades gerais em observar todos os factores económicos e sociais que explicam a emigração portuguesa, o presente trabalho permite tirar conclusões válidas. No entanto, o impacto de algumas variáveis macroeconómicas na emigração pode ser analisado com mais profundidade, através de métodos estatísticos e econométricos mais sofisticados, o que pode vir a ser feito em trabalhos de investigação futuros relacionadas.

Referências bibliográficas

Arango, J. (2000) 'Explaining migration: a critical view', *International Social Science Journal*, 52(165), pp. 283–296.

Atkins, R. (2012) *Loan rates point to eurozone fractures*. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/60ae47cc-f5e5-11e1-a6c2-00144feabdc0.html#axzz3acFKxYQJ> (Acedido a: 19 Maio 2015).

Beine, M., Bourgeon, P. and Bricogne, J.-C. (2013) *Business cycles and international migration among OECD countries*, Janeiro.

Bento, V. (2013) *Euro Forte, Euro Fraco: Duas Culturas, Uma Moeda: Um Convívio (im)possível?*. 1a ed. Lisboa: Bnomics.

Bergsten, C. F. and Kirkegaard, J. F. (2012) 'The Coming Resolution of the European Crises', *Peterson Institute for Internacional Economics*, PB12-1(Policy Brief).

Bertoli, S., Brucker, H. and Moraga, J. F.-H. (2013) *The European Crisis and Migration to Germany: Expections and the Diversion of Migration Flows*, Janeiro. Discussion Paper Series IZA DP no7170.

Blanchard, O., Jaumotte, F. and Loungani, P. (2013) *Labour Market Policies and IMF Advice in Advanced Economies During the Great Recession*, 29 March. IMF Staff Discussion Note SDN/13/02.

De Grauwe, P. (2012) *A self-inflicted Crisis*, 31 Maio. Centre for European Policy Studies (CEPS) Commentary Thinking ahead for Europe.

De Grauwe, P. (2013) *Design Failures in the Eurozone: Can they be fixed?*, Fevereiro. LSE 'Europe in Question' Discussion Paper Series 57/2013.

De Grauwe, P. and Ji, Y. (2013) *More evidence that financial markets imposed*

excessive austerity in the eurozone, 5 Fevereiro. Centre for European Policy Studies (CEPS) Commentary Thinking ahead for Europe.

Graça, J. C., Lopes, J. C. and Marques, R. (2011) 'The European Sovereign Debt Crisis: The Portuguese Case', in *Economic Sociology - The European Electronic Newsletter*. 12(3): 38–47.

Gropas, R. and Triandafyllidou, A. (2014) *Emigrating in times of crises. Highlights and new data form an e-survey on high-skilled emigrants from Southern Europe and Ireland*. Global Governance Programme - European University Institute.

Jauer, J., Liebig, T., Martin, J. P. and Puhani, P. A. (2014) *Migration as an Adjustment Mechanim in the Crisis? A Comparison of Europe and the United States*, January. Discussion Paper Series IZA DP no 7921

Leite, J., Costa, H. A., da Silva, M. C. and Almeida, J. R. de (2013) 'Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho', in Observatório sobre Crises e Alternativas (ed.) *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir alternativas*. pp. 108–158

Mamede, R. P., Rodrigues, J., Teles, N. and Cabral, R. (2013) 'Portugal no Contexto Europeu', in *Rede Economia com Futuro*. Lisboa.

Mendonça, A. (1995) 'O conceito de zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa', in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 567–582.

Mihm, S. (2015) 'Father of Euro' Knew It Was a Problem Child. Disponível em: <http://www.bloombergview.com/articles/2015-05-13/-father-of-euro-knew-it-was-a-problem-child> (Acedido a: 20 Maio 2015).

Mouhammed, A. H. (2011) 'Important Theories of Unemployment and Public Policies', *Journal of Applied Business and Economics*, 12.5, pp. 100–110.

Mundell, R. (1961) 'A Theory of Optimum Currency Areas', *The American Economic Review*, 51, pp. 657–665.

OECD (2014) *International Migration Outlook 2014*. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2014-en .

Peixoto, J., Azevedo, J. and Candeias, P. (2014) *Country Focus: Migration of Portuguese nationals during the crisis*.

Pires, R. P. (2015) 'Portugal tem um dos saldos migratórios mais negativos da Europa', *Observatório da Emigração*, 8 Setembro. Disponível em: <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/4546.html> (Acedido a: 13 Setembro 2015).

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Santo, I. E. and Vidigal, I. (2014) *Portuguese Emigration Factbook 2014*. Observatório da Emigração, Lisboa: CIES - IUL, ISCTE - IUL.

Santos, V. (2004) *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e emigração dos anos 90 à actualidade*. 1ª ed. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Shambaugh, J. C. (2012) *The Euro's Three Crisis, 12 Março*. Brookings Papers on Economic Activity Spring 2012.

Stockhammer, E. (2004) *The Rise of Unemployment: A Synopsis*", Working Paper Series 76.

Triandafyllidou, A. and Gropas, R. (2014) "'Voting With Their Feet": Highly Skilled Emigrants From Southern Europe', *American Behavioral Scientist*, 58(12), pp. 1614–1633. doi: 10.1177/0002764214534665.

Anexos

Gráfico 1: Dívida Bruta Consolidada: Procedimento dos défices excessivos em percentagem do PIB a preços de mercado

Fonte: AMECO

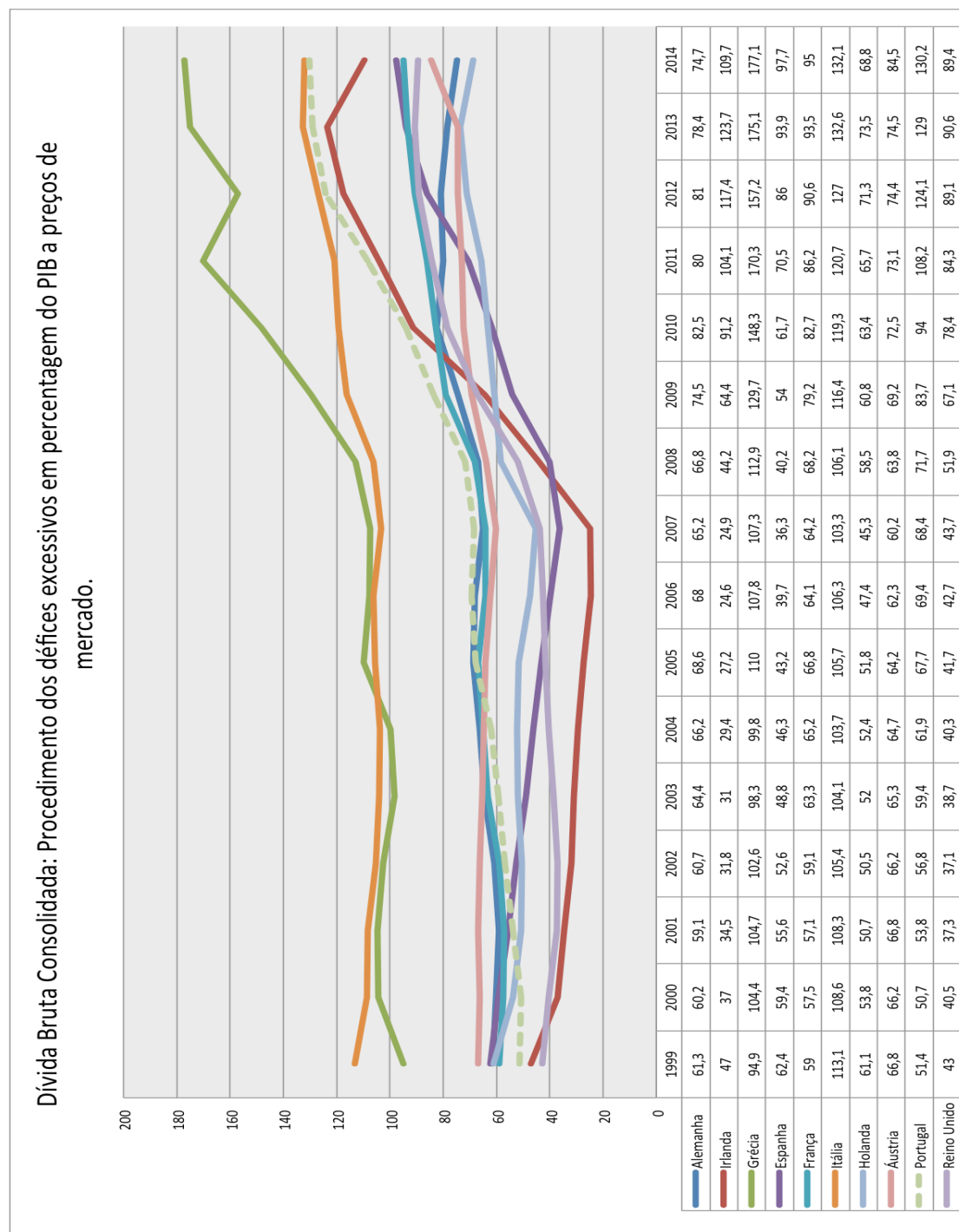
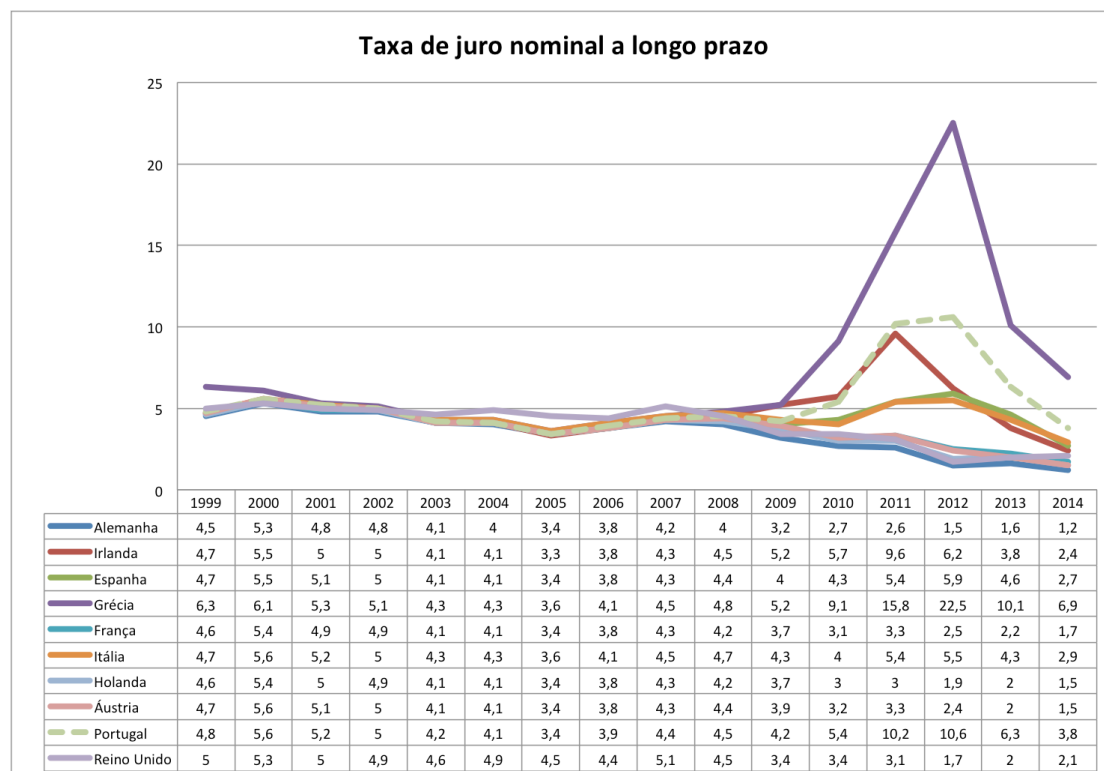
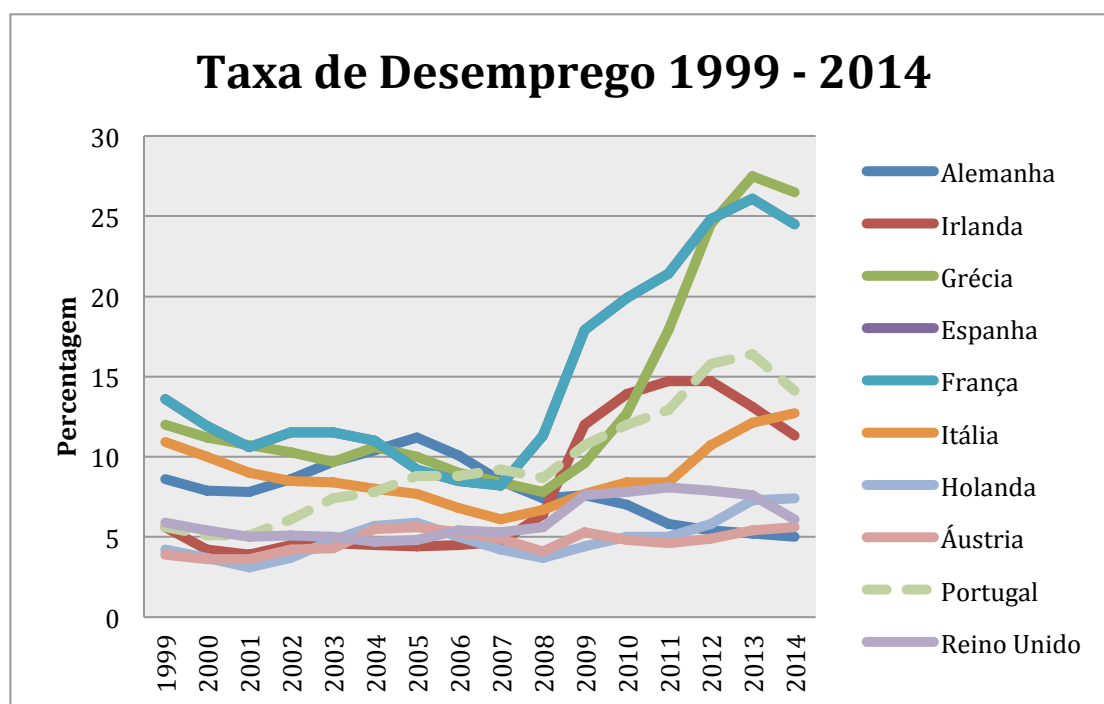


Gráfico 2: Taxa de juro nominal a longo prazo



Fonte: AMECO

Gráfico 3: Taxa de Desemprego 1999-2014



Fonte: AMECO

Gráfico 4: Formação Bruta de Capital em percentagem do PIB

Fonte: Banco Mundial

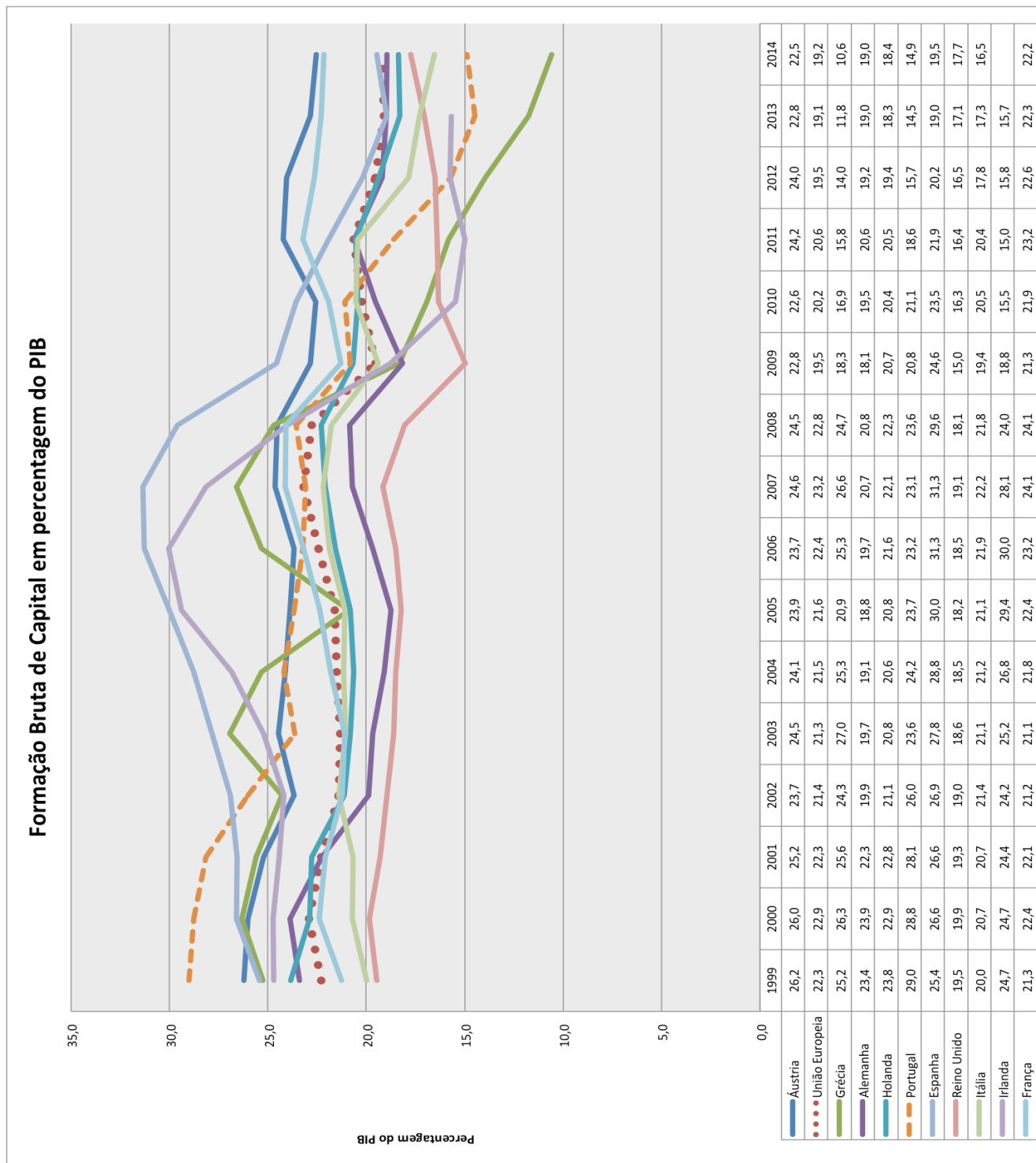
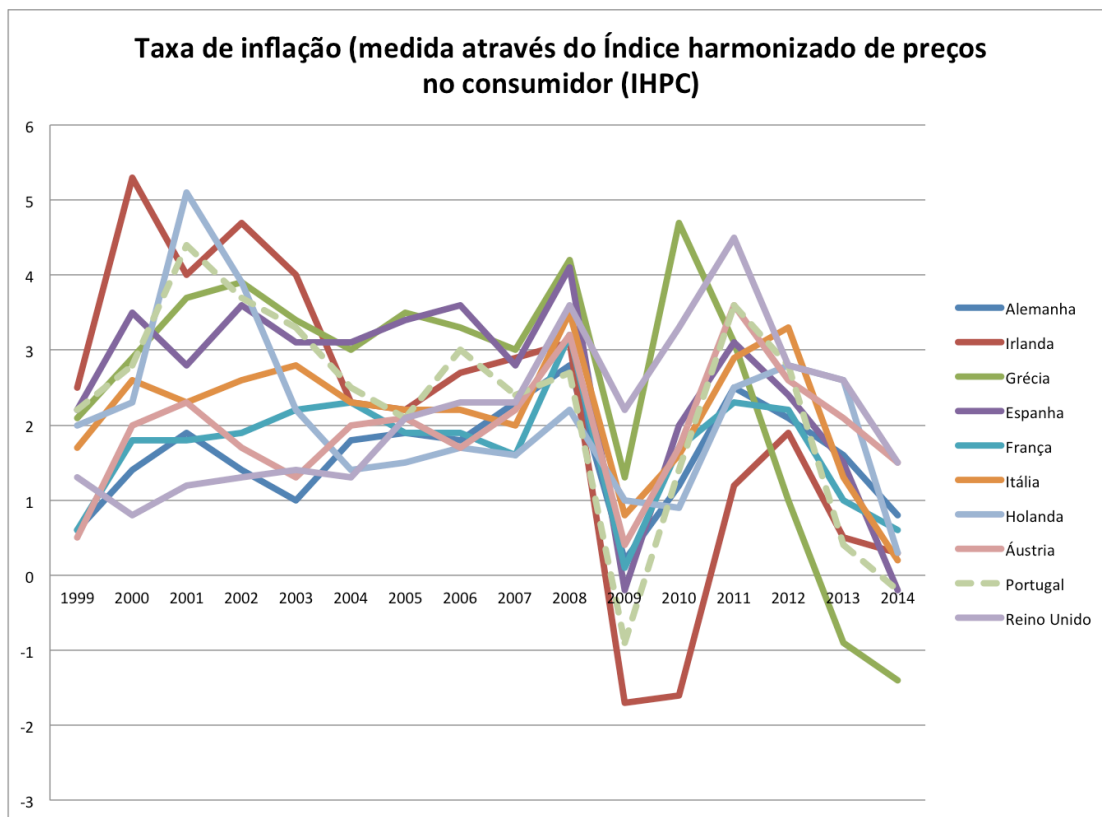
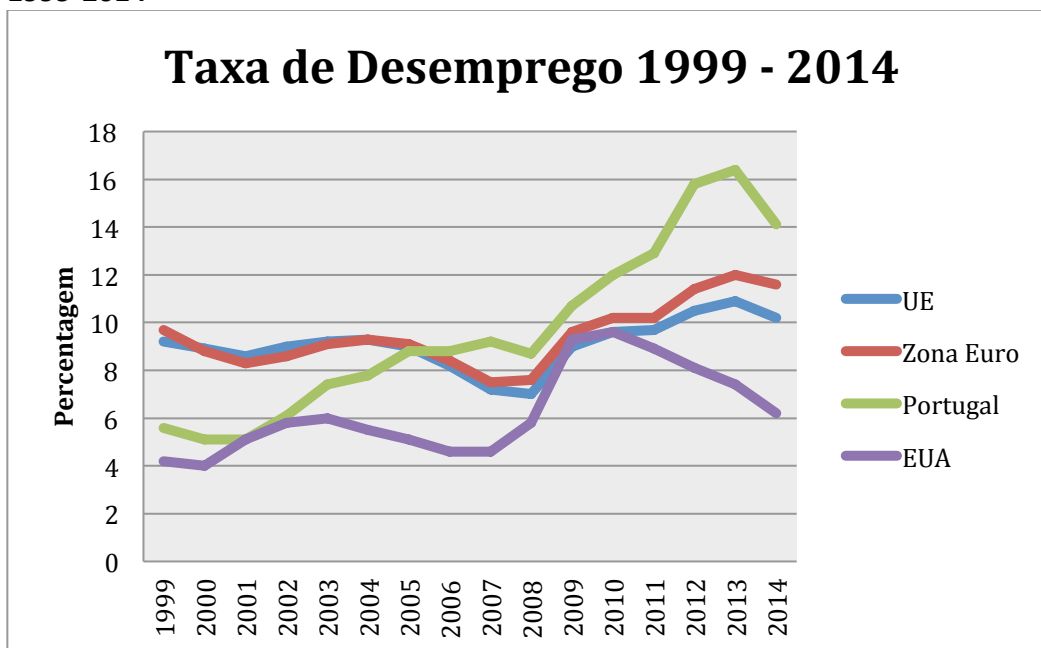


Gráfico 5: Taxa de inflação (medida através do Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC))



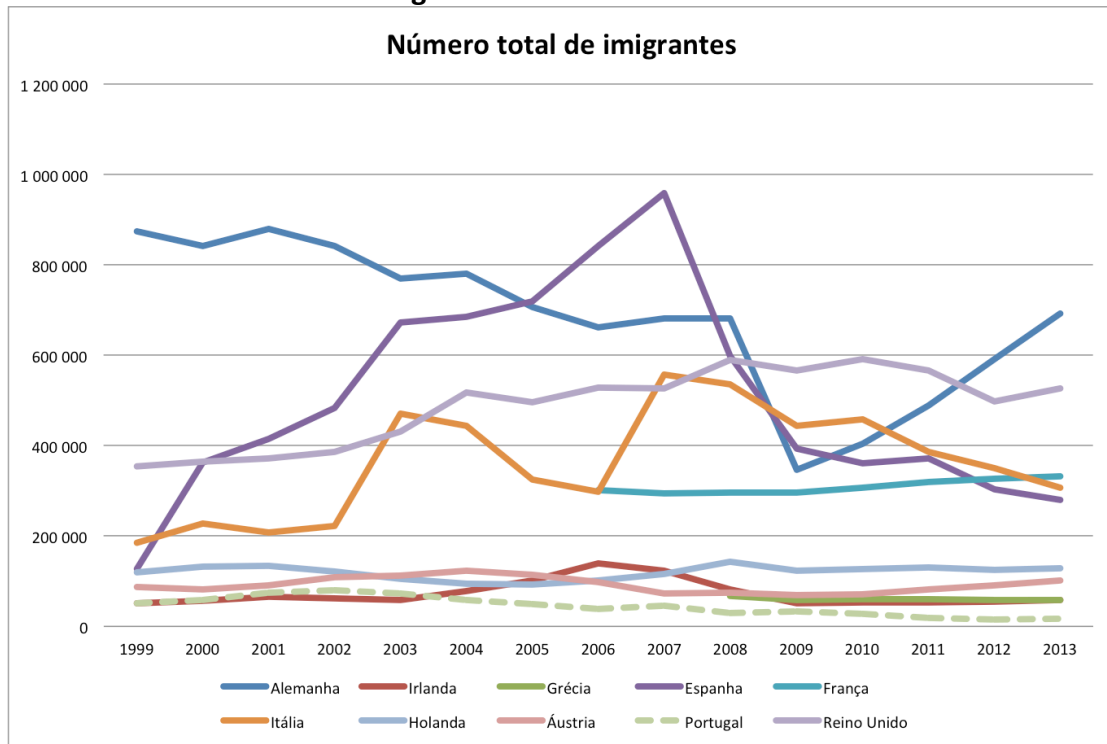
Fonte: Eurostat

Gráfico 6: Taxa de desemprego na Zona Euro, União Europeia, Portugal e EUA entre 1999-2014



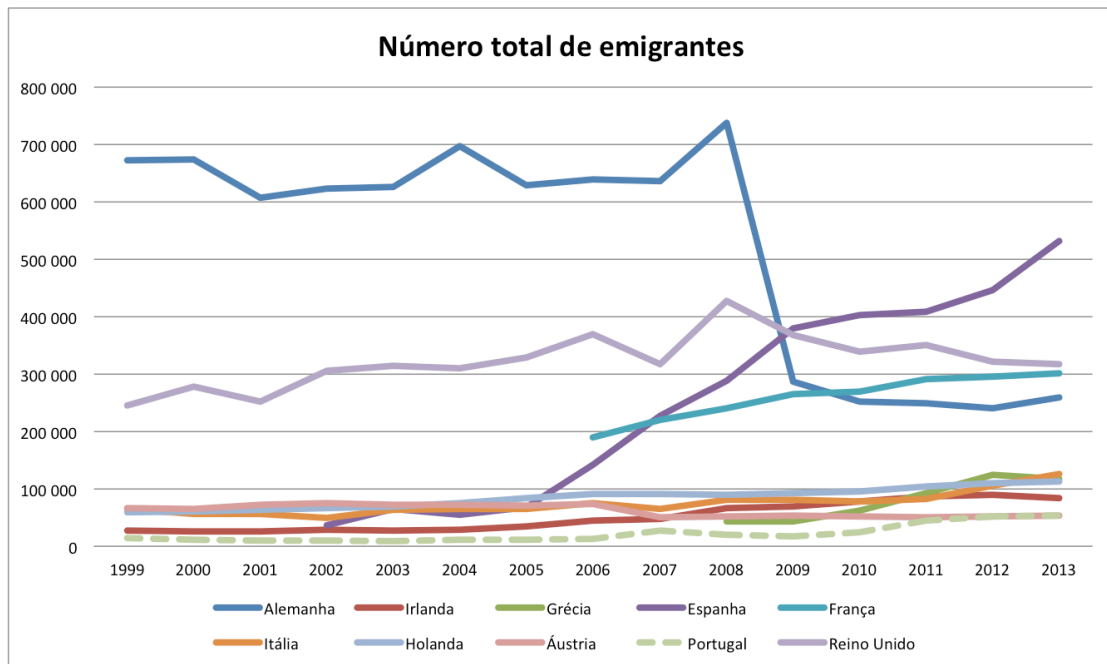
Fonte: Ameco

Gráfico 7: Número total de imigrantes



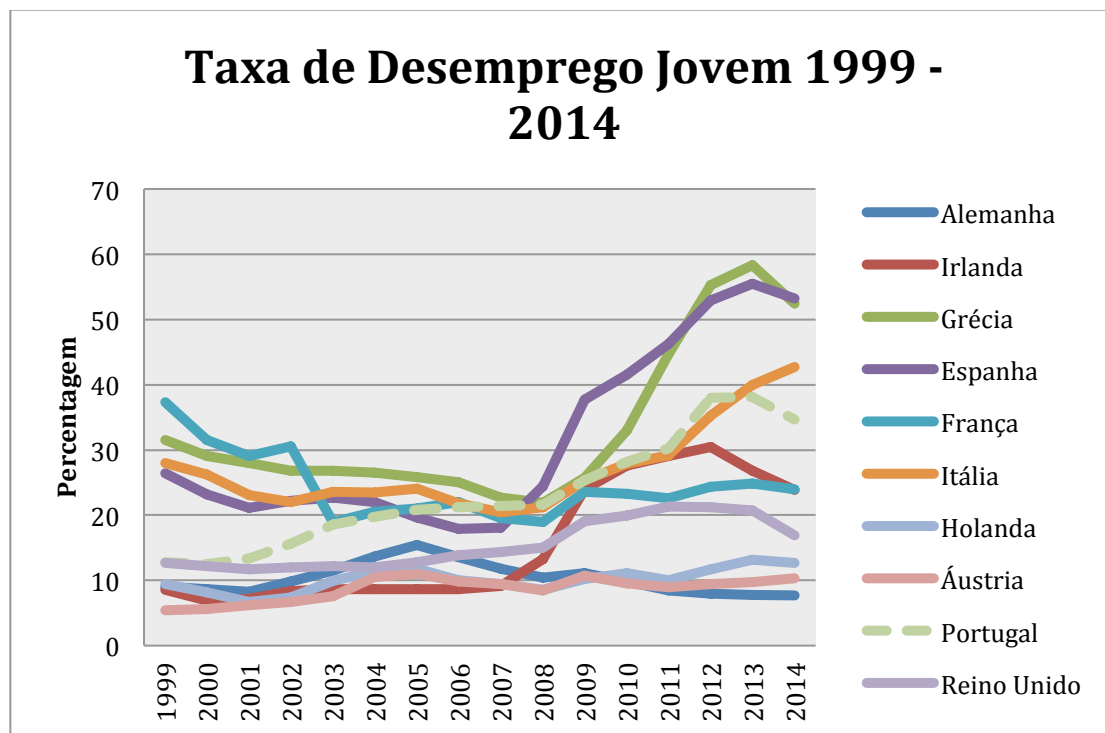
Fonte: Eurostat

Gráfico 8: Número total de emigrantes



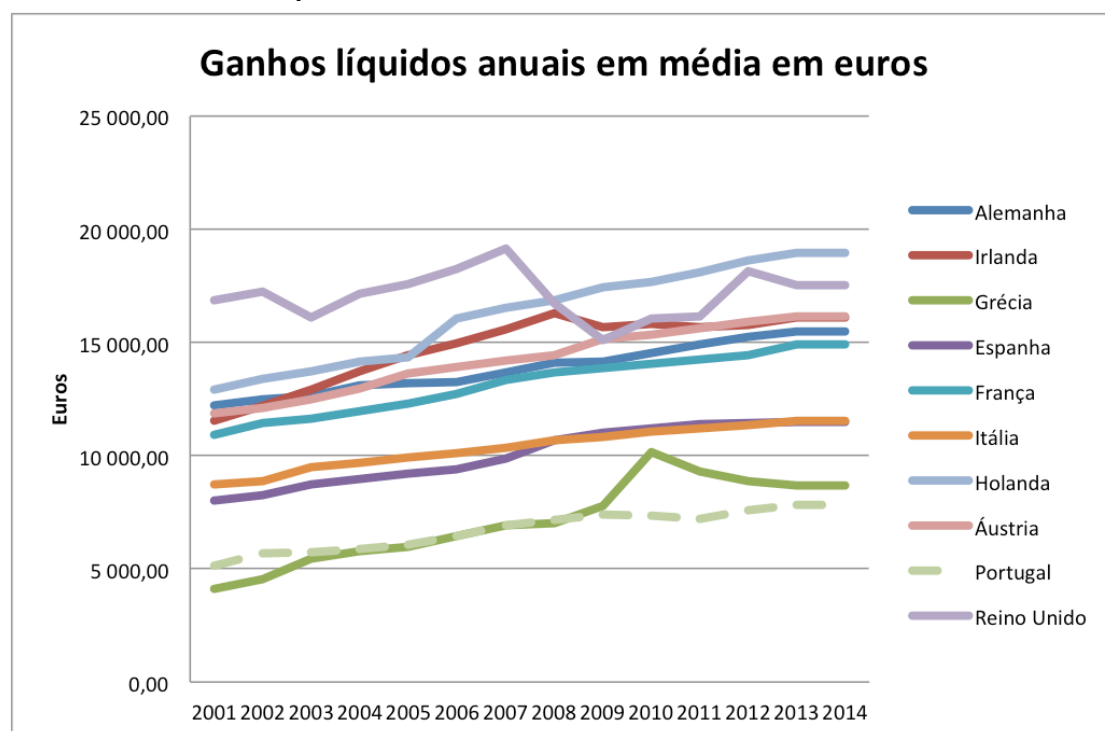
Fonte: Eurostat

Gráfico 9: Taxa de desemprego jovem (idade inferior a 25 anos).



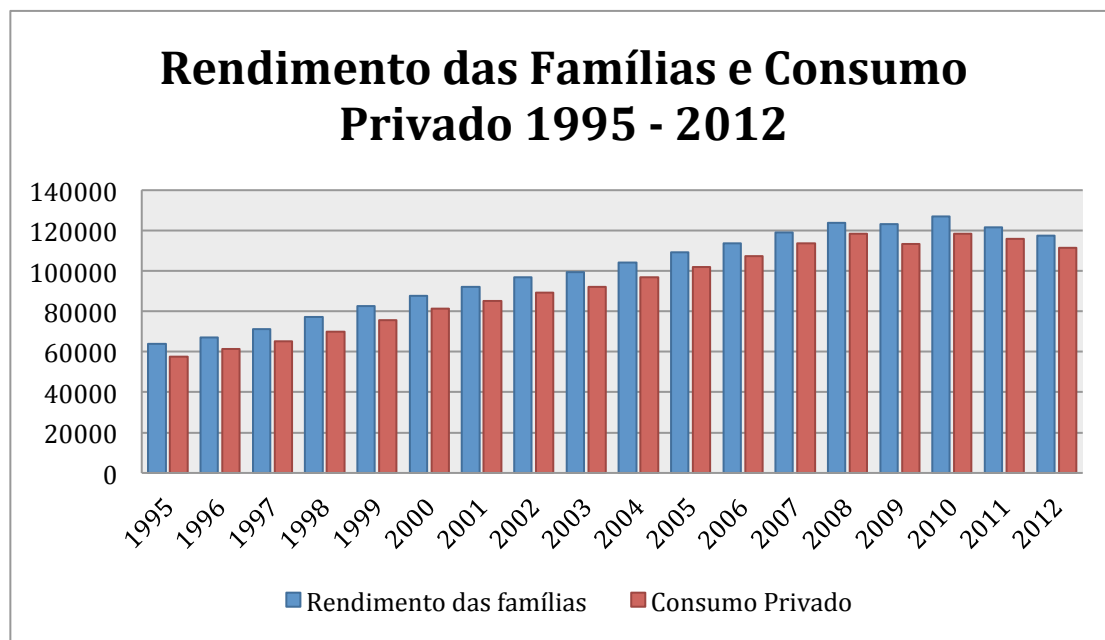
Fonte: Eurostat

Gráfico 10: Ganhos líquidos anuais em média em euros



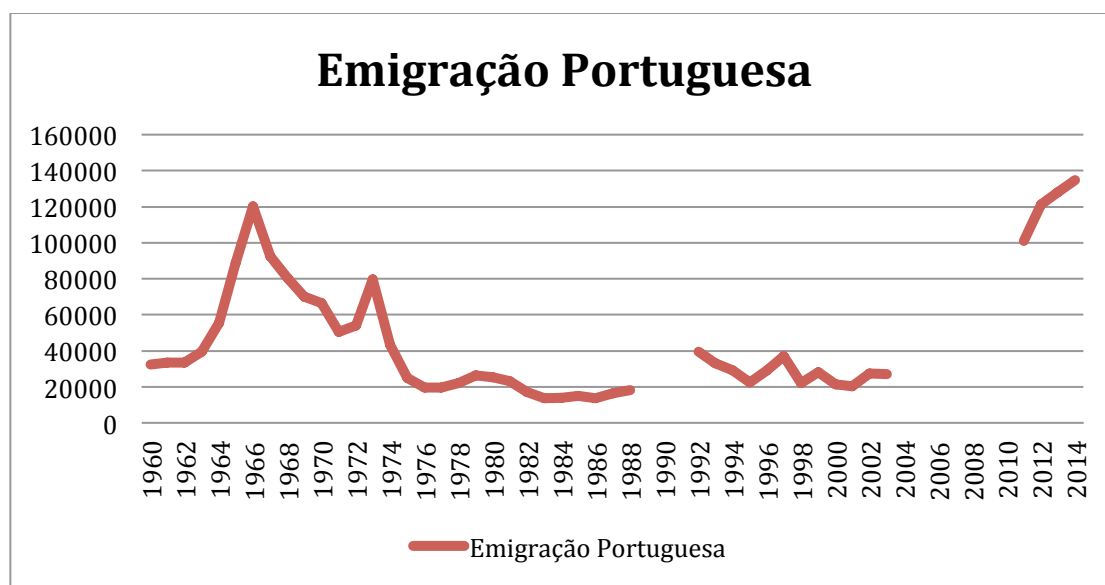
Fonte: Eurostat

Gráfico 11: Rendimento das Famílias e Consumo Privado em milhões de euros



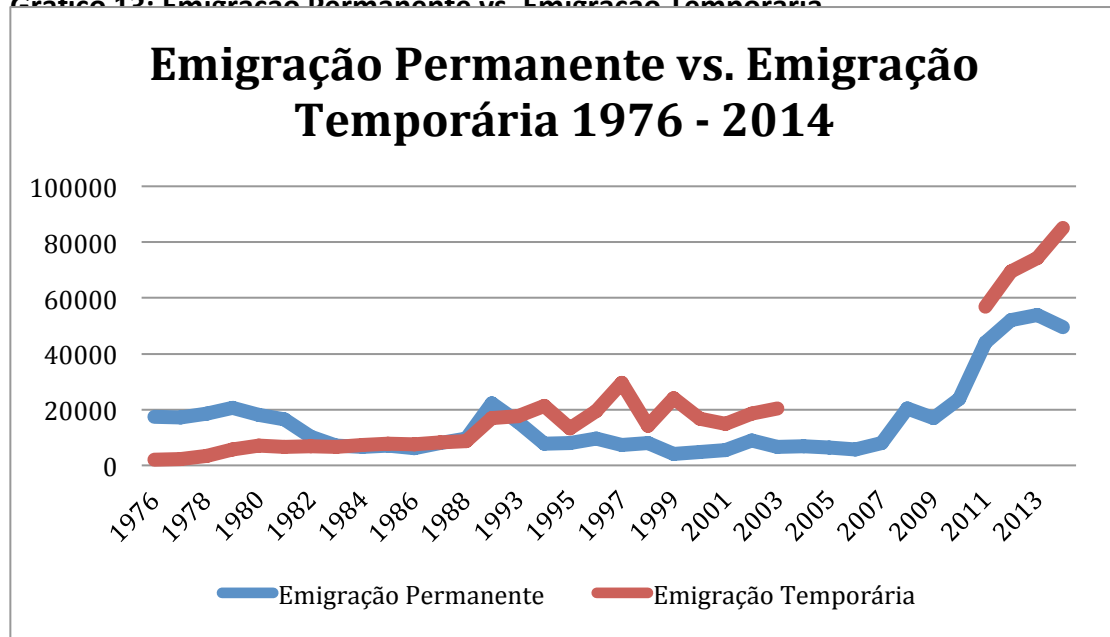
Fonte: Pordata com base nos dados do INE e Banco de Portugal.

Gráfico 12: Emigração permanente e temporária portuguesa (1960-2014)



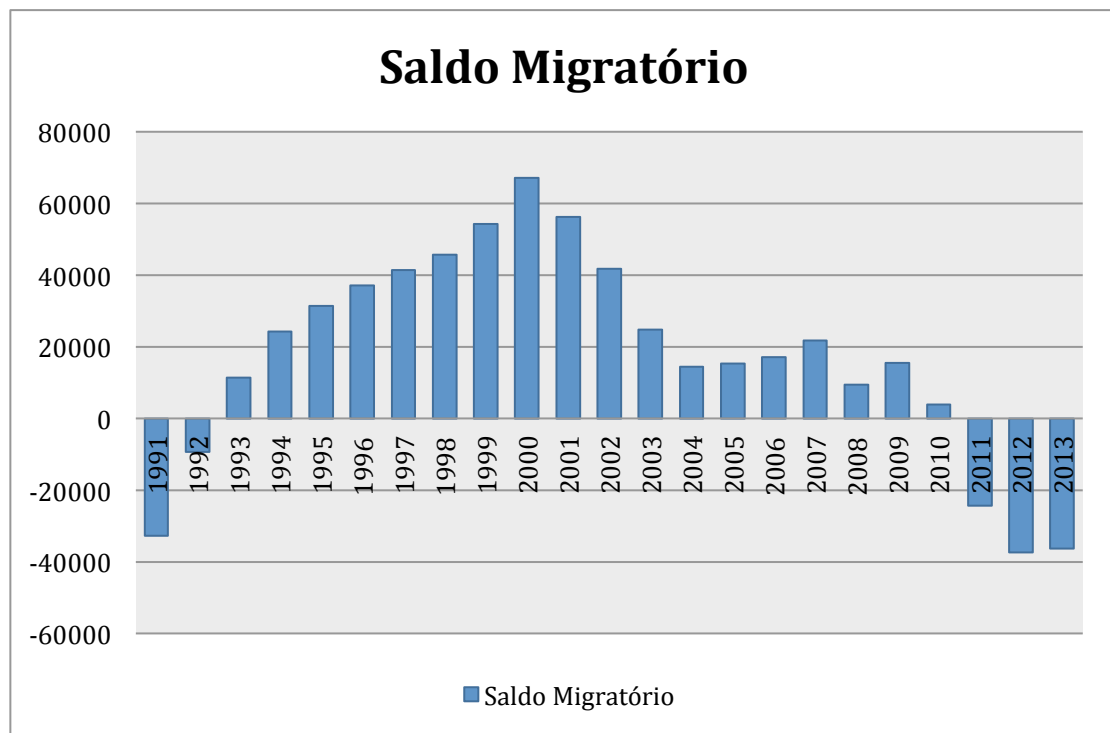
Fonte: Pordata com base nos dados do INE

Gráfico 12: Emigração Permanente vs. Emigração Temporária



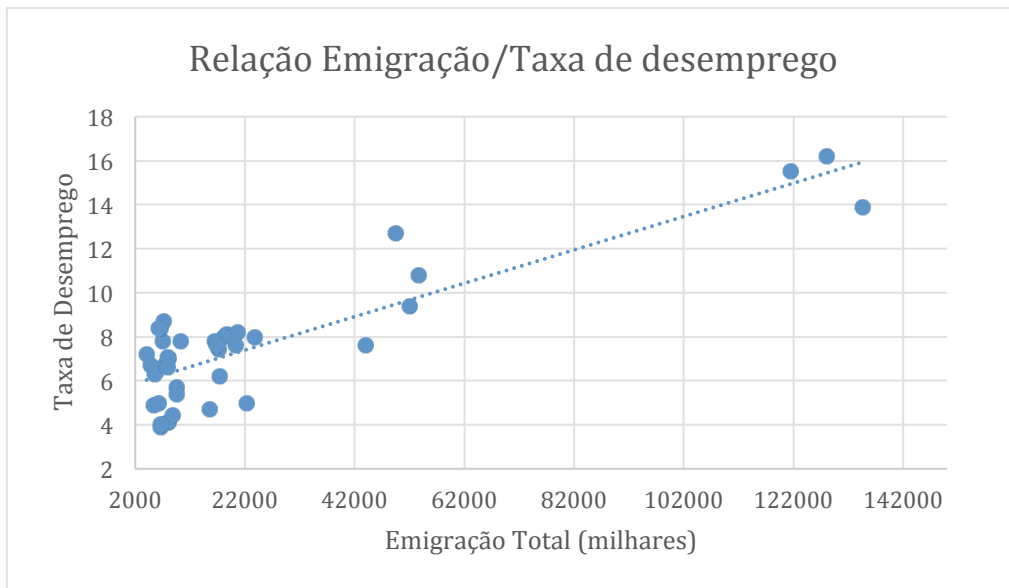
Fonte: Pordata com base nos dados do INE.

Gráfico 14: Saldo migratório em Portugal em milhares de indivíduos



Fonte: Pordata com base nos dados do INE.

Gráfico 15: Relação Emigração/Taxa de desemprego



Fonte: Pordata; Ameco e cálculos próprios

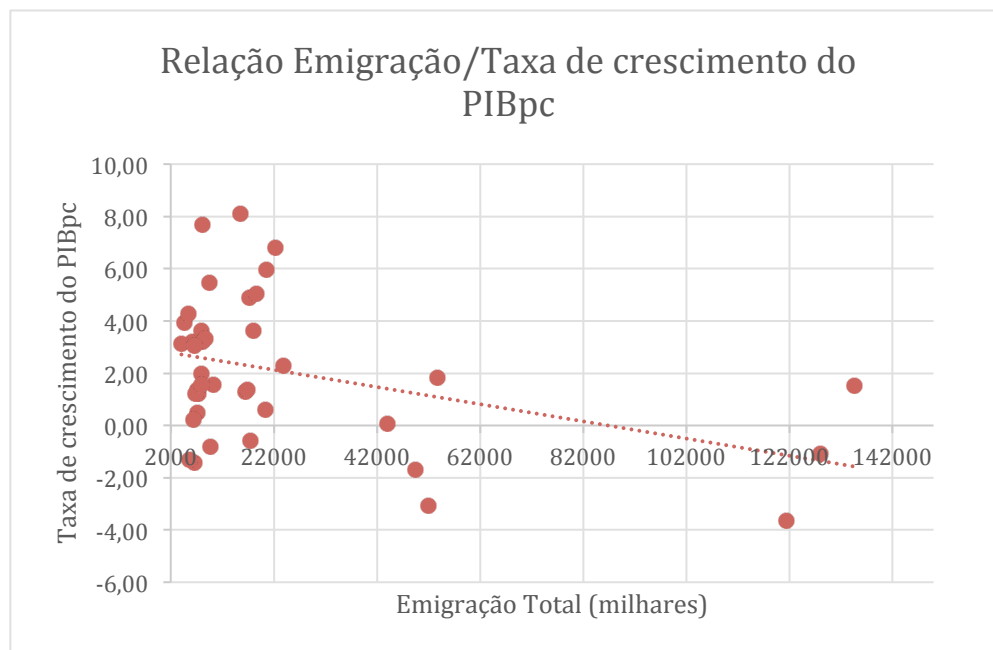


Gráfico 16: Relação Emigração/Taxa de Crescimento do PIB per capita

Fonte: Pordata; Ameco e cálculos próprios

Gráfico 17: Outputs SPSS

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	TXCPIBPC, TXDES ^b		Inserir

a. Variável Dependente: LNEMIGTOTAL

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,787 ^a	,620	,599	#####

a. Preditores: (Constante), TXCPIBPC, TXDES

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	20,554	2	10,277	29,387	,000 ^b
	Resíduo	12,590	36	,350		
	Total	33,143	38			

a. Variável Dependente: LNEMIGTOTAL

b. Preditores: (Constante), TXCPIBPC, TXDES

Coefficientes^a

Modelo		Coefficients não padronizados		Coefficients padronizados		Sig.
		B	Erro Padrão	Beta	t	
1	(Constante)	7,553	,341		22,174	,000
	TXDES	,260	,037	,814	6,991	,000
	TXCPIBPC	2,042	3,933	,060	,519	,607

a. Variável Dependente: LNEMIGTOTAL